

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS
ESCOLA SUPERIOR DE ARTES E TURISMO
BACHARELADO EM TURISMO

ÁGATHA BRUNA SOARES COSTA

ANÁLISE DOS BENS IMÓVEIS DE INTERESSE HISTÓRICO NA AVENIDA
JOAQUIM NABUCO

MANAUS

2021

ÁGATHA BRUNA SOARES COSTA

**ANÁLISE DOS BENS IMÓVEIS DE INTERESSE HISTÓRICO NA AVENIDA
JOAQUIM NABUCO**

Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso- TCC
a ser entregue ao professor avaliador que auxiliará
na finalização da pesquisa juntamente com a
Professora Maria Adriana Sena Bezerra Teixeira.

MANAUS – AM

2021

FICHA CATALOGRÁFICA

COSTA , Ágatha Bruna Soares

ANÁLISE DOS BENS IMÓVEIS DE INTERESSE HISTÓRICO NA AVENIDA JOAQUIM NABUCO/ Ágatha Bruna Soares Costa – Manaus - 2021
102f.

Orientadora: Maria Adriana Teixeira

Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado) – Universidade do Estado do Amazonas - UEA. Programa de Bacharelado Acadêmico em Turismo.

Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado) – Universidade do Estado do Amazonas - UEA. Programa de Bacharelado Acadêmico em Turismo.

1 Introdução – Problematização – Tese. 2. Fundamentação teórica/Patrimônio Cultural/Preservação do Patrimônio cultural no Brasil/ Perpetua as heranças históricas através da valorização do patrimônio histórico e cultural.
3.Historicidade da cidade de Manaus/Avenida Joaquim Nabuco
4. Metodologia/5 Resultados/ Conclusão.

ÁGATHA BRUNA SOARES COSTA

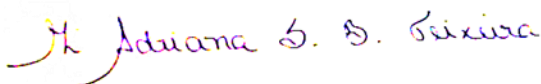
ANÁLISE DOS BENS IMÓVEIS DE INTERESSE HISTÓRICO NA AVENIDA
JOAQUIM NABUCO

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do Grau de Bacharel em Turismo da Escola Superior de Artes e Turismo da Universidade do Estado do Amazonas (UEA) e aprovado, em sua forma final, pela Comissão Examinadora.

Aprovado em: 22 de dezembro de 2021

Nota Final: 9,6

BANCA EXAMINADORA



Maria Adriana Sena Bezerra Teixeira, Dra.
(Universidade do Estado do Amazonas - UEA)



Márcia Raquel Cavalcante Guimarães, Dra.
(Universidade do Estado do Amazonas – UEA)



Rosanna Lima de Mendonça, Mrs.
(Universidade do Estado do Amazonas – UEA)

Manaus, 22 de dezembro de 2021

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a Deus, meu Senhor, à minha mãe, Hérica Soares, familiares e amigos que sempre me apoiaram e incentivaram em toda a minha trajetória acadêmica.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, meu Senhor e Salvador por me dar discernimento e sabedoria para concluir esta pesquisa e sempre me levantar quando estava desanimada.

À minha mãe por sempre me incentivar a ser cada vez melhor, por reconhecer meu esforço e dedicação, e por não me deixar desistir. Muito obrigada!

À minha avó Creuza por seu cuidado, admiração e dedicação para comigo sempre. Amor da minha vida!

Ao meu tio Sidney por seu incentivo à minha trajetória acadêmica e escolar, passando pelo curso de inglês, desde sempre grande influenciador da minha educação.

Ao meu pai, por suas pontuações referentes à minha formação acadêmica.

Ao tio Mauro por seu incentivo, segurança e apoio em todos os anos. Muito obrigada!

Ao tio Stanley por ter me levado à ESAT em dois dias de apresentação, e me buscado quando por conta disto, já estava muito tarde para voltar de transporte público.

À tia Mineya por seu acervo bibliográfico referente, dos tempos em que estava cursando bacharelado em turismo.

Aos demais familiares por sempre demonstrarem sua admiração por mim.

À Joyce por ter ido comigo na sede do Iphan solicitar dados sobre o Centro Histórico e em uma palestra sobre patrimônio na Ufam.

Ao José por sempre compartilhar conhecimentos sobre a história de Manaus e incentivo à pesquisa.

À Alice pela troca de informações sobre tcc e incentivo à esta pesquisa.

À Izabelle que em momentos de dúvida me lembrou de tudo que já havia feito e afirmou que eu seria capaz de concluir este trabalho.

Aos demais amigos, obrigada pelo apoio de sempre.

Ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN – AM, por sua prontidão e transparência no fornecimento de informações. Sem essas, a realização desta pesquisa seria quase impossível.

À Universidade do Estado do Amazonas – UEA pela oportunidade de aprendizado com excelentes professores, biblioteca e oportunidade de iniciação científica – PAIC.

Ao Professor Dr. Rafael Rocha, orientador do PAIC, o qual deu origem a este trabalho, por seu direcionamento na escolha do logradouro para objeto de pesquisa, no uso da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, e me incentivar na iniciação científica.

À Professora Dra. Maria Adriana Teixeira, orientadora deste trabalho, por não desistir de mim, me mostrar as melhores alternativas e desde o início incentivar o potencial desta pesquisa.

À Professora Dra. Márcia Raquel Guimarães por seus conselhos, por ser exemplo de pesquisadora sobre o turismo no Centro Histórico de Manaus. Obrigada!

RESUMO

Esta pesquisa apresenta a Avenida Joaquim Nabuco como cenário importante da cidade de Manaus por conta do seu contexto histórico e por abrigar bens imóveis relevantes para o mesmo. Analisou-se a preservação do patrimônio histórico cultural da referida avenida através de pesquisa qualitativa descritiva e explicativa, utiliza-se periódicos da Hemeroteca Digital pertencente à Biblioteca Nacional, além de obras da Biblioteca Pública do Amazonas e acervo da Biblioteca da Escola Superior de Artes e Turismo-ESAT-UEA, entre outros. O IPHAN-AM contribui de forma significativa para o presente trabalho com o Mapa de Tombamento do Centro Histórico de Manaus. Aborda-se primeiramente a história da referida avenida, seus imóveis tombados, seu contexto social. Com os dados obtidos, apresentou-se como proposta a elaboração de um roteiro turístico como meio de resgate das memórias afetivas da mesma.

Palavras-Chave: Patrimônio histórico cultural. Avenida Joaquim Nabuco. Roteiro Turístico.

ABSTRACT

This research presents Avenida Joaquim Nabuco as an important scenario in the city of Manaus due to its historical context and because it historical monuments relevant to it. The preservation of the cultural historical heritage of the aforementioned avenue is analyzed through descriptive and explanatory qualitative research, using periodicals from the Hemeroteca Digital belonging to the National Library, as well as works from the Public Library of Amazonas and the collection of the ESAT-UEA Library, among others. IPHAN-AM contributes significantly to the present work with the Listing Map of the Historic Center of Manaus. Firstly, the history of the aforementioned avenue, its listed properties, and its social context. With the obtained data, a touristic itinerary is elaborated as a means of rescuing the affective memories of the same.

Keywords: Historical and Cultural Heritage. Joaquim Nabuco Avenue. Touristic Itinerary.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa de Tombamento do Centro Histórico de Manaus – AM	49
Figura 2 - Mapa de Tombamento do Centro Histórico de Manaus - AM com zoom.	50
Figura 3 - Mapa de Tombamento do Centro Histórico de Manaus - AM.	50
Figura 4 - Mapa com a delimitação do Centro Antigo de Manaus e o seu sítio histórico de Loman (1990), em vermelho a Avenida 7 de Setembro.	51
Figura 5 - Site da Biblioteca Nacional.	51
Figura 6 - Hemeroteca Digital.	52
Figura 7 - Primeiro registro da referida avenida. 1877.	52
Figura 8 - Anúncio de uma cafeteria.	53
Figura 9 - Concerto em trechos da referida avenida.	53
Figura 10 - Imóvel histórico em estado de preservação bom ou razoável.	54
Figura 11 - Imóvel histórico em estado de preservação bom ou razoável.	54
Figura 12 - Imóvel histórico em estado de preservação bom ou razoável.	54
Figura 13 - Imóvel histórico apresentando deterioração.	54
Figura 14 - Imóvel histórico apresentando deterioração.	54
Figura 15 - Imóvel histórico apresentando deterioração.	54
Figura 16 - Monumento histórico em bom estado de preservação.	55
Figura 17 - Monumento histórico em bom estado de preservação.	55
Figura 18 - Monumento histórico em bom estado de preservação.	55
Figura 19 - Imóvel histórico em péssimo estado de conservação.	55
Figura 20 - Imóvel histórico em péssimo estado de conservação.	55
Figura 21 - Imóvel histórico em péssimo estado de conservação.	55
Figura 22 - Imóvel histórico apresentando má conservação.	56
Figura 23 - Monumento com estrutura modificada.	56
Figura 24 - Monumento com pintura desgastada e pichações.	56
Figura 25 - Monumento com pintura desgastada e pichações.	57
Figura 26 - Monumento com pintura desgastada e pichações.	57
Figura 27 - Monumento com pintura desgastada e pichações.	57
Figura 28 - Monumento com pintura desgastada e pichações.	57
Figura 29 – Monumento com pintura desgastada e pichações.	57
Figura 30 – Monumento com pintura desgastada e pichações.	57

Figura 31 - Monumento com pintura desgastada e pichações.	57
Figura 32 – Monumento com pintura desgastada e pichações.	57
Figura 33 - Rua Sete de Dezembro.	61
Figura 34 - Em tracejado a futura localização do Palacete Nery.	62
Figura 35 - Em tracejado a localização do Palacete Nery já edificado.	62
Figura 36 - Planta da rede de esgotos e águas pluviais, 1915.	63
Figura 37 - Av. Joaquim Nabuco, trecho recalçado sobre leito de areia. Década de 1910.	63
Figura 38 - Foto mais antiga encontrada da Avenida Joaquim Nabuco.	64
Figura 39 - Palacete Nery em meados de 1901-1902.	65
Figura 40 - Palacete Nery atualmente.	66
Figura 41 - Detalhe do brasão com as iniciais SJN – Silvério José Nery.	66
Figura 42 - Vista diagonal do Palacete Nery.	66
Figura 43 - Detalhe do ano de 1899.	67
Figura 44 - Vista lateral na Rua dos Andradas.	67
Figura 45 - Faculdade de Direito em meados de 1900.	69
Figura 46 - Escola Estadual Nilo Peçanha atualmente.	70
Figura 47 - Vista lateral da Escola Estadual Nilo Peçanha.	71
Figura 48 - Detalhe do nome da escola na parte frontal do prédio.	71
Figura 49 - Detalhe da placa da escola com informações apagadas e parte da pintura do muro desgastada.	72
Figura 50 - Residencial Sulista.	73
Figura 51 - Residencial Sulista.	73
Figura 52 - Instituto Social Pai Resgatando Vidas.	73
Figura 53 - Monumento histórico nº 745.	73
Figura 54 - Monumento histórico nº 745.	73
Figura 55 - Monumento histórico nº 765, escondido por fios elétricos.	74
Figura 56 - Monumento histórico nº 765, escondido por fios elétricos.	74
Figura 57 - Sede da Cáritas Arquidiocesana de Manaus	74
Figura 58 - Busto “escondido” por fios.	75
Figura 59 - Detalhe da Cruz.	75
Figura 60 – Colégio Santa Dorotéia	76
Figura 61 - Escola Estadual Barão do Rio Branco.	77
Figura 62 - Vila dos Milagres de Santo Antônio no início do século XX.	77

Figura 63 - Detalhe do antigo nome “Milagres de Santo Antônio”.	78
Figura 64 - Detalhe do nome da escola.	78
Figura 65 - Hospital Beneficente Português.	79
Figura 66 - Detalhe do nome “Sociedade Portuguesa Beneficente”.	80
Figura 67 - Fachada do Hospital Beneficente Portuguesa atualmente.	81
Figura 68 - Fachada do Hospital Beneficente Portuguesa atualmente.	81
Figura 69 - Tribunal de Contas da União.	82
Figura 70 – Hospital particular (antiga Villa Fanny).	83
Figura 71 - Roteiro “Olha pra cima NAbuco!”	88

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 - Etapas de Pesquisa.....	46
Quadro 02 - Técnicas de Coleta de Dados.....	48
Quadro 03 - Ficha Técnica do roteiro “Olha pra Cima, NAbuco!”.....	89

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Listagem das unidades de preservação de 1º grau.....	84
Tabela 2 - Referências culturais identificadas.....	85

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	15
1.1 PROBLEMÁTICA DE PESQUISA.....	16
1.2 JUSTIFICATIVA.....	17
1.3 OBJETIVOS.....	18
1.3.1 Objetivo Geral.....	18
1.3.2 Objetivos Específicos.....	18
1.4 ESTRUTURA TEXTUAL.....	18
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	21
2.1 PATRIMÔNIO CULTURAL.....	21
2.1.1 Preservação do patrimônio cultural no Brasil.....	27
2.1.2 Perpetuar as heranças históricas através da valorização do turismo	30
3 HISTORICIDADE DA CIDADE DE MANAUS.....	36
4 METODOLOGIA.....	46
4.1 FORMA DE ABORDAGEM.....	46
4.2 OBJETIVOS METODOLÓGICOS.....	47
4.3 AMOSTRA.....	47
4.4 COLETA DE DADOS.....	48
4.5 ANÁLISE DOS DADOS.....	58
4.6 PROCEDIMENTOS TÉCNICOS.....	58
4.7 MÉTODO.....	59
5 RESULTADOS.....	60
5.1 HISTORICIDADE DA AVENIDA JOAQUIM NABUCO.....	60
5.2 CATALOGAÇÃO DOS BENS DE RELEVÂNCIA HISTÓRICA A NÍVEL MUNICIPAL, ESTADUAL E FEDERAL DA AVENIDA JOAQUIM NABUCO.....	83
5.3 DESENVOLVIMENTO DO ROTEIRO TURÍSTICO DA AVENIDA JOAQUIM NABUCO ATRAVÉS DE LENTES HISTÓRICAS.....	86
6 CONCLUSÃO.....	92
REFERÊNCIAS.....	

1 INTRODUÇÃO

O Centro Histórico de Manaus é definido e delimitado de acordo com o Art.8º da Lei Orgânica de Manaus de 5 de abril de 1990, compete ao município promover o tombamento, e a proteção do patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico local, observada a legislação específica (LOMAN, 1990); e detalhado (listando todos os imóveis de importância histórica) pelo decreto municipal 7176 de 2004 – é uma área de proteção, por tombamento conjunto, efetuado pelo poder municipal (MANAUS, 2004).

Antes dessa ação, na década de 1980, pouco mais de 30 imóveis já haviam sido tombados pelo poder estadual (TEIXEIRA, 2004):

A nível federal, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) tombou pouco mais de 20 imóveis e/ou monumentos e, em 2012, tornou federal a proteção do conjunto referente ao Centro Histórico de Manaus. Entre fins do século XX e início desse século, diversos programas foram implementados a nível municipal (Programa Corredor Cultural e Programa Reconstruindo o Centro), estadual (Programa Manaus Belle Époque) e federal (Programa Monumental) para o restauro dos bens imóveis ameaçados que possuem importância histórica e arquitetônica localizados nessa região (BARROS e ALBUQUERQUE, 2010; e SOUZA, 2009, p. 46-66).

Sobre a ação do SPHAN, Rodrigues (2007):

Inicialmente, a ação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - SPHAN (que já definia os bens móveis e imóveis), priorizou, enquanto obras consideradas a essência da brasilidade, o barroco e a produção material dos colonizadores (fortes, engenhos e igrejas). Relegava à segundo plano o estilo eclético desenvolvido em fins do século XIX (RODRIGUES, 2007, p. 20 e 21).

O ecletismo, estilo predominante na arquitetura brasileira nesse período, também caracterizou os edifícios construídos em Manaus durante essa mesma época (MESQUITA, 2006). É certo que, com exceção das ações voltadas ao conjunto do Centro Histórico de Manaus (os tombamentos municipais de 1990 e federal de 2012), as medidas direcionadas à proteção dos bens (os tombamentos estaduais e federais de unidades) privilegiaram os imóveis históricos mais imponentes (TEIXEIRA, 2004).

Recentemente, o Ministério do Turismo homologou o Centro Histórico de Manaus em publicação no Diário Oficial da União em 28/07/2021, incluindo a cidade no Livro de Tombo Histórico, e no Livro de Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico.

Mas, um breve passeio no Centro Histórico é o suficiente para se constatar a existência de muitos casarios ameaçados. Esse patrimônio histórico-cultural, como se sabe, é importante para o chamado turismo cultural.

A população manauara ainda está muito distante de conhecer plenamente seu patrimônio histórico. A ideia de que o antigo é irrelevante e não tem relação com a atualidade faz-se presente na mentalidade de muitos, que sequer conhecem a história da sua própria cidade.

A Avenida Joaquim Nabuco foi uma das mais relevantes avenidas do Centro Histórico durante o Ciclo da Borracha tendo grande influência comercial, política e social. Possui muitos monumentos históricos abandonados e/ou com suas características originais modificadas e por essa razão, faz-se necessária a sua preservação. Foi verificada a inexistência de pesquisa acadêmica sobre a referida avenida, o que contribuiu para o afinco na busca de resultados, visando contribuição com a sociedade. Enfim, não só os grandes e luxuosos monumentos devem ser inventariados, pois, de acordo com o método de inventariar adotado por Pellegrini (2000, p. 142 e 143), “a uniformidade visual de um conjunto de bens culturais imóveis, por si só, já pode ser considerada como um atrativo ou recurso turístico”.

O Turismo Cultural tem papel fundamental na valorização da Avenida Joaquim Nabuco, no resgate do sentimento de pertencimento dos manauaras ao seu patrimônio histórico. Por meio do turismo, será possível oferecer mais um atrativo no Centro Histórico de Manaus, contribuindo para o destaque da cidade a nível nacional e até internacional.

1.1 PROBLEMÁTICA DE PESQUISA

A problemática de pesquisa tem base na afirmação de Mesquita (2006):

Cabe ressaltar que nos estudos sobre os imóveis de interesse histórico-cultural de Manaus, o uso intenso de fontes primárias – no caso, documentos oficiais e periódicos de época é possível somente através da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Outras exceções são os trabalhos de Otoni Mesquita e Durango Duarte (MESQUITA, 2006; MESQUITA, 2009; e DUARTE, 2009). Mas, mesmo Mesquita afirma que, em relação aos bens imóveis de interesse histórico, muita pesquisa ainda pode e deve ser feita (MESQUITA, 2006, p. 205).

A opinião de Mesquita (2006) é corroborada pelos órgãos públicos responsáveis pela pesquisa e inventário do patrimônio histórico-cultural de Manaus – a Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa (SEC) e o Instituto Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN (conforme contato realizado, em ambas as instituições, com os responsáveis por essas ações).

Sendo assim, para construção da ideia principal deste estudo se fez a seguinte problemática de pesquisa: ***Quais os bens imóveis que possuem herança histórica na avenida Joaquim Nabuco?***

1.2 JUSTIFICATIVA

O Centro Histórico de Manaus possui inúmeros monumentos históricos que remontam à origem da cidade, sendo os mais valorizados o Teatro Amazonas, Palácio da Justiça, Palacete Provincial, Palácio Rio Negro, entre outros. Porém, a maioria deles encontra-se abandonada, degradada e servindo até mesmo como esconderijo para pessoas de má índole e/ou usuários de substâncias químicas. Além disso, a população não demonstra interesse por estes monumentos e suas histórias, sendo vistos até mesmo como algo “velho”.

Por conta disso, observou-se a necessidade de abordar essa discussão na referida pesquisa. Sendo assim, a Avenida Joaquim Nabuco é considerada um dos logradouros de relevância do Centro Histórico de Manaus, em função do seu fluxo de pedestres, automóveis, intenso uso comercial e institucional bem como a presença de monumentos históricos em sua extensão. No entanto,

existem alguns que não são preservados e, desta forma, o patrimônio histórico arquitetônico é desvalorizado.

Acredita-se que esta pesquisa seja relevante para universidade pelo fato de contribuir com as raras pesquisas já realizadas sobre a referida avenida, abordando sua história e destacando aspectos que não são valorizados, utilizando o Turismo como instrumento para alcançar este feito.

Para a pesquisadora é importante o estudo desta avenida que tem relevância na história da cidade de Manaus já que não existem muitas pesquisas relacionadas à ela e também pelo fato de boa parte de seus monumentos históricos estarem deteriorados.

1.3 OBJETIVOS

O objetivo deste estudo está relacionado aos patrimônios históricos considerados relevantes na Avenida Joaquim Nabuco e que estão ameaçados pelo abandono, e assim deixando de lado a história local.

“Portanto o objetivo representa o tema principal da pesquisa, ou seja, constitui a proposta central do projeto em um conceito amplo para direcionar a pesquisa para a comprovação das hipóteses” (ALMEIDA *et al.* 2012).

1.3.1 Objetivo geral

Identificar os bens imóveis que possuem herança histórica na avenida Joaquim Nabuco.

1.3.2 Objetivos específicos

- 1) Catalogar os bens de relevância histórica tombados a nível municipal, estadual e federal da Avenida Joaquim Nabuco;
- 2) Resgatar a historicidade de construção da Avenida Joaquim Nabuco;

- 3) Elaborar um roteiro turístico para a Avenida Joaquim Nabuco valorizando a sua ambiência histórica.

1.4 ESTRUTURA TEXTUAL

A Fundamentação Teórica apresenta o capítulo Patrimônio Cultural seu conceito, a cultura, e suas características e influências no âmbito turístico, além do conceito de monumento. Faz-se a comparação com a referida avenida e como esses conceitos se aplicam na mesma. Verifica-se também a questão do sentimento de pertencimento da população em relação à referida avenida.

No subcapítulo Preservação do patrimônio cultural no Brasil é abordada a forma como o patrimônio era considerado nacionalmente, fazendo menção ao objeto de estudo deste trabalho. O conceito de turismo, este como ferramenta para valorização da Avenida Joaquim Nabuco e a estrutura turística da mesma, os aspectos turísticos e o conceito de roteiro turístico são abordados em “Perpetuar as heranças históricas através da valorização do turismo”. Nesta pesquisa os principais autores utilizados como referência são: Castro (2021), Duarte (2009), Guimarães (2012), Mesquita (2006), Monteiro (2016), Pellegrini (2000), e Pontes Filho (2000).

No capítulo Historicidade da cidade de Manaus aborda-se a história de Manaus, desde sua ocupação original pelos Manáos, passando pela chegada dos europeus, sua evolução até chegar ao status de cidade, a abertura à navegação, e finalmente, o Ciclo da Borracha. Posteriormente, o declínio da Borracha, o abandono da cidade, o segundo ciclo da borracha que foi bem mais tímido comparado ao primeiro; e a criação da Zona Franca de Manaus. Aborda-se também o contexto social. A vida boêmia, o Clube da Madrugada, e os cinemas.

No capítulo Metodologia explica-se a pesquisa qualitativa e a razão da presente pesquisa classificar-se como tal. Em seguida apresenta-se a coleta de dados, a análise destes, os procedimentos técnicos, e o método.

Em seguida, no capítulo Resultados, conta-se como surgiu a Avenida Joaquim Nabuco, sua história intimamente ligada com a construção do Palacete

Nery, fatos importantes que nela ocorreram, juntamente com a história de seus patrimônios tombados, o roteiro turístico, e a conclusão.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Figueiredo e Souza (2011, p.181), destacam que a base teórica deve conter seções que estejam encadeadas com ideias, que as seções e subseções sejam hierarquizadas e portadoras de sentidos lógicos.

Destaca que se procurou desenvolvimento teórico de acordo com os objetivos específicos para no final discorrer uma discussão ampla e crítica.

A presente pesquisa é qualitativa, visto que de acordo com Dias (2000):

(...) caracteriza-se, principalmente, pela ausência de medidas numéricas e análises estatísticas, examinando aspectos mais profundos e subjetivos do tema em estudo. Segundo Liesbsher (1998), para aprender métodos qualitativos é preciso aprender a observar, registrar e analisar interações reais entre as pessoas, entre pessoas e sistemas. (DIAS, 2000, p.1).

Foram analisados e/ou utilizados periódicos, livros, artigos, uma tese, para o estudo histórico da referida avenida, sendo a metodologia utilizada. Na coleta de dados, o registro fotográfico contribui para melhor identificação de monumentos históricos e seu atual estado.

2.1. PATRIMÔNIO CULTURAL

Primeiramente, para o entendimento desta pesquisa, é necessário entender o que é cultura. Sanches (1999) a define como:

Em um plano geral, a cultura é um somatório de todas as conquistas e descobertas do ser humano, levando-se em conta seus hábitos, costumes, organização social, ciência, religião, economia, medicina, entre outros, relativos a um país, estado, região ou lugar (SANCHES,1999, p.33).

O patrimônio cultural engloba os costumes, linguagens, saberes e tradições de um povo. Se um patrimônio é desvalorizado, estes conhecimentos

serão perdidos e as futuras gerações não o conhecerão nem darão continuidade a essas práticas.

É neste aspecto que o turismo cultural tem sua importância, sendo que através dele, essas tradições podem não apenas serem preservadas, mas também propagadas para outros indivíduos, pertencentes à outras culturas.

O turismo cultural tem aumentado no Brasil segundo o Ministério do Turismo (2010):

Considerando o volume global das viagens realizadas no Brasil, estimada em 225 milhões de viagens domésticas em 2007, calcula-se que o segmento de Turismo Cultural mobilize diretamente pelo menos 28 milhões de viagens por ano no Brasil, o turismo religioso em torno de 11 milhões de viagens e os eventos cerca de 7 milhões.(BRASIL, 2010).

Com o passar dos anos, os turistas não mais viajam apenas objetivando diversão e lazer, vivenciando o destino superficialmente. Esses querem adquirir conhecimentos e experiências que não podem ter no seu local de residência. Apenas ouvir sobre tal monumento é demasiado vago; ir até o local, ver sua estrutura, tirar fotos, conversar com os habitantes locais, isto sim, é mais convidativo para o turista atual.

Pellegrini (2000):

Atualmente, os estudiosos e as políticas públicas relacionam a preservação do patrimônio histórico e arquitetônico e o recrudescimento do turismo cultural. Nesse sentido, desde a década de 1960, encontros, acordos internacionais e autores diversos destacaram ou sugeriram (direta ou indiretamente) o uso turístico dos bens imóveis de importância histórica como estratégia de preservação dos mesmos. Parece existir certa unanimidade na tríade: salvaguarda legal (tombamento), as obras necessárias (conservação ou restauro) e o retorno do bem ao uso público (em especial, da comunidade local). Portanto, o bem deve ser útil à vida econômica da cidade, do estado ou do país e, nesse sentido, a iniciativa privada de forma alguma deve ser descartada (PELLEGRINI FILHO, 2001, p. 110 e 111). Américo Pellegrini Filho denomina essa ação de preservação ativa do bem patrimonial (PELLEGRINI FILHO, 2000, p. 4; e 2001, p. 111).

A presente pesquisa aborda justamente esta visão de Pellegrini (2001), na qual todas as esferas da sociedade devem colaborar em conjunto para a preservação de determinado patrimônio histórico, neste caso, a Avenida Joaquim Nabuco. Outra citação do autor que reforça essa ideia:

Não esquecendo os problemas relativos à propriedade privada e à especulação imobiliária, o autor destaca a importância da iniciativa privada e pública e exemplifica a preservação através de originais (igrejas, mercados, teatros, etc.) ou novos usos (museus, hotéis, pousadas, restaurantes, etc.) (PELLEGRINI FILHO, 2001, p. 112 e 122).

Sobre essa questão, Barreto parece concordar com o autor, embora destaque as polêmicas e as contraditórias opiniões dos estudiosos sobre o tema – “que envolvem a especulação imobiliária, as questões políticas e os interesses particulares que por vezes estão relacionados aos tombamentos, a transformação do bem patrimonial e do turismo em uma mercadoria, a gentrificação, dentre outros elementos que, não raro, excluem a comunidade local dos benefícios gerados” (BARRETTO, 2007, 120-140).

No caso da Avenida Joaquim Nabuco, a proposta é justamente incluir a população através de um roteiro o qual apresentará a sua história, enaltecendo a importância da preservação de seus bens imóveis, voltando a ter um sentimento de pertencimento ao local.

Quanto ao tombamento, por se tratar de um patrimônio público, questões políticas e/ou partidárias devem ser tratadas em prol da preservação desses imóveis, não interferindo os interesses particulares. Neste ponto a iniciativa privada deve atuar até mesmo como mediadora e auxiliadora na atuação do poder público.

Os imóveis verificados na pesquisa, em sua maioria, passaram por transformações ao longo do tempo que modificaram e/ou extinguiram suas características arquitetônicas. Ao longo do estudo, as circunstâncias que resultaram nessas mudanças serão averiguadas.

A ideia de patrimônio cultural surgiu na França, Barreto (2007):

Sabe-se que, após a Revolução Francesa (1789), o governo francês nacionalizou os bens do clero e da realeza. Assim, os chamados monumentos históricos foram considerados “patrimônios (propriedade, legado) da nação”. Portanto, oficialmente simbolizavam o “patrimônio e a herança de todos” ou relatavam “os grandes acontecimentos de nossa história” (BARRETTO, 2007, p.110-111).

Tratava-se de edifícios nos quais aconteceram fatos considerados importantes para a histórica política oficial da nação. Com a consolidação dos estados nacionais, o monumento-patrimônio, encarado como um laço com o passado passou a ser entendido como um referencial de identificação de uma nação.

Barreto (2007) continua:

No século XX, com o desenvolvimento de novos aportes teóricos e metodológicos nas disciplinas da história e da antropologia (a valorização das mentalidades, a história social do cotidiano, a história das minorias, as transformações sofridas pelo conceito de cultura, e outros.), outros aspectos da cultura passaram a integrar a condição de patrimônio. A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), após as convenções de 1972, universalizou os patrimônios importantes (patrimônios da humanidade). Contudo, o conceito de patrimônio predominante para essa entidade, nos primeiros anos de sua atuação, ainda era a arquitetura de palácios (BARRETTO, 2007, p. 111-117).

Na Avenida Joaquim Nabuco a maioria de seus imóveis históricos são palacetes e comércios, como a Unesco inicialmente destacava como patrimônio. De fato, é necessária a valorização de outros aspectos culturais, mas vale ressaltar que o patrimônio edificado não deve ser esquecido e negligenciado.

De acordo com Choay (2006), o monumento histórico não deve depender de seus antecedentes:

A especificidade do monumento deve-se precisamente ao seu modo de atuação sobre a memória. Não apenas ele a trabalha e a mobiliza pela mediação da afetividade, de forma que lembre o passado fazendo-o vibrar como se fosse presente. (CHOAY, 2006, p.18).

(...) uma vez que se insere em um lugar imutável e definitivo num conjunto objetivado e fixado pelo saber, o monumento histórico exige, dentro da lógica desse saber, e ao menos teoricamente, uma conservação incondicional.(CHOAY, 2006, p.27).

Por exemplo, não adianta preservar apenas o palacete de um barão da borracha, por ser quem era, e deixar o monumento histórico onde vivia uma família menos abastada abandonado, apenas por não terem sido considerados tão “importantes”. Sobre a seleção do patrimônio cultural, Dhein (2012):

Patrimônio cultural, em qualquer sociedade, é produto de escolhas, que de acordo com Camargo (2005), é sempre arbitrária, ou seja, é resultado da seleção de alguns elementos em detrimento a outros que são esquecidos. O patrimônio cultural entendido como um conjunto de símbolos precisa ser interpretado para que seu significado possa ser entendido (DHEIN, 2012, p.27).

A preservação dos monumentos da Avenida Joaquim Nabuco ainda necessita ser mais intensa, pois, em toda sua extensão é possível encontrar algum monumento abandonado, negligenciado pela sociedade, que ainda vê, em sua maioria, como imóveis “velhos” sem a necessidade de conservação dos mesmos, ficando evidente a falta de memória afetiva em relação a estes monumentos, denominação utilizada por poucos.

Sobre isso, Dhein (2012):

Para Trointiño Vinuesa (2002), o patrimônio com valor simbólico atua como eixo entre as pessoas separadas pelo tempo, sendo testemunho de ideias e acontecimentos do passado. O patrimônio é apreciado pela atração que desperta nos sentidos, pelo prazer que proporciona em razão de sua forma e qualidade. (DHEIN, 2012, p.27-28).

A valorização dos monumentos da referida avenida pela sociedade seria maior se houvesse o conhecimento sobre a sua história, seu status durante o ciclo da borracha, quem frequentava seus espaços, logo, a divulgação de fatos importantes que nela ocorreram. Dessa forma, tanto habitantes quanto turistas iriam valorizar seus monumentos históricos.

A Organização das Nações Unidas para Educação e a Cultura (Unesco) firmou na cidade de Paris a Convenção sobre proteção do patrimônio mundial cultural e natural em 1972, que definiu, no artigo 1º, que “patrimônio cultural” são:

- Os monumentos: obras arquitetônicas, de escultura ou de pintura monumentais, elementos de estruturas de caráter arqueológico, inscrições, grutas e grupos de elementos com valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;
- Os conjuntos: grupos de construções isoladas ou reunidos que, em virtude da sua arquitetura, unidade ou integração na paisagem tem valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;
- Os locais de interesse ou sítios: obras do homem, ou obras conjugadas do homem e da natureza, e as zonas, incluindo os locais de interesse arqueológico, com um valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico.

Patrimônio cultural material por Dias (2006):

O patrimônio cultural material compõe-se de construções antigas, ferramentas, museus, cidades, patrimônio arqueológico, jardins, monumentos e outros objetos que demonstram a capacidade de adaptação do homem ao meio ambiente bem como sua forma de organização social, política e cultural. (DIAS, 2006, p.68).

Patrimônio cultural imaterial por Dhein (2012):

(...) patrimônio chamada imaterial faz referência a lugares, festas, religiões, culinária, técnicas, música, dança entre outras manifestações, cujo procedimento principal é o registro dessas práticas e seu acompanhamento com o objetivo de verificar sua permanência e suas transformações (DHEIN, 2012, p.31).

Os aspectos do cotidiano da referida avenida, os bailes que nela ocorriam, concursos, o fluxo de estudantes, seus pontos comerciais, as filas que se formavam nos cinemas antigos, entre tantos outros precisam ser ressaltados já que juntamente com o patrimônio edificado, também fazem parte da sua identidade, criando memórias afetivas e interação de boa parte da população.

Essas ocasiões integram:

Essa nova concepção de patrimônio chamada imaterial faz referência a lugares, festas, religiões, culinária, técnicas, música, dança entre outras manifestações, cujo procedimento principal é o registro dessas práticas e seu acompanhamento com o objetivo de verificar sua permanência e suas transformações (DHEIN, 2012, p.31).

Na Avenida Joaquim Nabuco o patrimônio cultural material é mais presente que o imaterial por conta da quantidade de monumentos históricos, sendo estes sinais memoráveis da sociedade manauara no período do Ciclo da Borracha.

O turismo tornou-se crucial para a valorização dos monumentos da referida avenida, pois estes por si só contam uma parte da história de Manaus. Há também a questão da sociedade manauara como um todo de enaltecer apenas elementos culturais externos à sua realidade, não reconhecendo o que lhe pertence como algo de grande valor, ou seja, a partir do momento que o

turista demonstrar interesse pela Avenida Joaquim Nabuco, as chances da população local reconhecê-la com mais zelo é consideravelmente maior, já que os traços de colônia e colonizador ainda presentes até os dias atuais.

Se um turista europeu ou até mesmo de fora do Estado do Amazonas considerar os monumentos da referida avenida, belos e lhe derem o devido reconhecimento, então, somente neste momento, para a maioria dos residentes, esse patrimônio seria de fato importante e não mais “imóveis velhos.” Por ser uma questão histórica, faz-se necessário o entendimento da valorização do patrimônio cultural no Brasil como um todo.

2.1.1 Preservação do patrimônio cultural no Brasil

O Art. 216 da Constituição Brasileira de 1988:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira. (BRASIL, 1988, Art.216)

No Brasil, Pellegrini (2000) destaca o que se entende por patrimônio:

A noção moderna de patrimônio cultural não está restrita apenas a arquitetura, ou seja, é muito mais ampla, inclui o sentimento, o pensamento e o agir humanos. Os bens podem ser móveis quando se trata de indumentárias, objetos de uso diário ou decorativos, veículos, armas, documentos ou imóveis, no caso de palácios, igrejas, fortes, arcos triunfais, conjuntos residências entre outros tantos exemplos que podem ser citados. Dividem-se ainda em materiais ou imateriais. Um objeto ou obra arquitetônica possui valor patrimonial pelo fato de ter sido representativo em determinada época ou para uma região ou um povo. Esses objetos fazem parte de uma cultura que lhes dá a condição de bem patrimonial. Existe uma tendência em se considerar digno de preservação apenas os objetos de épocas passadas, mas o processo cultural no qual cada um está inserido acontece permanentemente e por isso é importante o registro de aspectos de valor simbólico da cultura atual como bens patrimoniais (PELLEGRINI FILHO, 2000 *apud* DHEIN, 2012, p.28-29).

A elite tem bastante destaque na história da Avenida Joaquim Nabuco, mas não era a única a ocupar este espaço. Pequenos comerciantes, farmacêuticos, estudantes, entre outros; havia também as vilas e pensões onde

pessoas de baixa renda, viajantes costumavam residir, ou seja, indivíduos que tinham a vivência nesta avenida.

De fato, os monumentos históricos da Avenida Joaquim Nabuco encaixam-se na descrição de Pellegrini e, portanto, deveriam estar em condições melhores, assim como afirma Sphan *apud* Pellegrini Filho:

O conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no País e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis a história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnológico, bibliográfico ou artístico (SPHAN *apud* PELLEGRINI FILHO, 2000, p. 105).

Os bens imóveis históricos da Avenida Joaquim Nabuco podem ser herança para as futuras gerações, entretanto a sua história ainda necessita ser mais divulgada, pois a população residente precisa conhecê-la, do contrário poderá desaparecer.

Em relação ao Brasil, Marly Rodrigues (2007) afirma que, como na França de finais do século XVIII (após a Revolução Francesa), as políticas oficiais voltadas à preservação dos patrimônios, em detrimento da particularidade e da regionalidade, visavam à instituição de referenciais, de interesses, de tradições e, dentre outros aspectos, de uma história comum à nação. Posteriormente, a partir da década de 1970, o patrimônio cultural passou a ser relacionado à memória das sociedades, pois são testemunhos das experiências vividas, coletiva ou individualmente, e permitem aos homens lembrar, ampliar o sentimento de pertencimento a um mesmo espaço e a uma mesma cultura e, assim, compor a identidade coletiva.

Aqui há um fato contraditório. Os monumentos da referida avenida têm predominantemente essências europeias, influência da *belle époque* e, no entanto, a cidade de Manaus está localizada na Amazônia, e praticamente não há traços regionais nestas construções, e talvez este seja um dos fatores para a falta do sentimento de pertencimento de boa parte dos manauaras.

Rodrigues (2007) cita o aspecto social sobre isso:

No Brasil, até a década de 1980, a política de preservação priorizava os bens culturais vinculados a alguns grupos (às elites) em detrimento

de outros, o que, enfim, distanciava o patrimônio cultural instituído oficialmente da maioria da população brasileira. Quando o patrimônio cultural passou a ser entendido como um lugar de memória, a partir de então, bens antes impensáveis – relacionados às diversidades dos grupos sociais e étnicos – foram incluídos no rol desses patrimônios (RODRIGUES, 2007, p. 16-21).

Nesse período, como destacou Pellegrini, ocorrera no Brasil uma verdadeira evolução conceitual “que nos faz compreender patrimônio cultural incluindo não apenas artefatos da elite, mas também os de grupos minoritários (índios, negros, ciganos e outros) e os estratos populacionais não privilegiados” (PELLEGRINI FILHO, 2001, p. 106 e 107).

“Era um anseio de Mário de Andrade desde a década de 1930, quando o escritor modernista elaborou o anteprojeto que, um tanto modificado, deu origem ao Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - SPHAN e futuro IPHAN” (PELLEGRINI FILHO, 2001, p. 106 e 107).

A maioria dos residentes da Avenida Joaquim Nabuco compunha a elite dos tempos áureos da borracha, a exemplo o governador Silvério Nery, ou seja, o patrimônio histórico faz parte do primeiro conceito de patrimônio cultural estabelecido no Brasil. Para a preservação ser consolidada é importante a “elucidação popular, na educação sistemática que difunda entre toda a população, dirigentes e dirigidos, o interesse maior que há na salvaguarda de bens culturais” (LEMOS, 2000, p.109).

Os autores enfatizam o que já foi relatado nesta pesquisa, não se preserva aquilo que é desconhecido. A partir do conhecimento da história da referida avenida, a identidade cultural poderá ser resgatada, e para isto, é necessário comprometimento do poder público e iniciativa privada para a perpetuar a integridade do patrimônio.

2.1.2 Perpetuar as heranças históricas através da valorização do turismo

Como foi citada anteriormente a valorização de conhecimentos tradicionais de um povo perpetua-se quando estes são transmitidos para as futuras gerações. O Turismo Cultural é um dos principais meios para a preservação do patrimônio cultural de uma nação. Mas, é necessário entender

primeiramente como funciona o Turismo em si e o quê é necessário para que a atividade turística ocorra corretamente, dando ênfase no patrimônio material.

Segundo Guimarães (2012), a interpretação e o conhecimento das particularidades dessas edificações, praças e monumentos auxiliam no processo de construção, valorização e reconhecimento, por parte da população local, que diferenciam um lugar, ou seja, reconhece nele a sua identidade. Esses conjuntos de recursos culturais formam, juntamente com a natureza, os atrativos turísticos, porém sua disponibilidade enquanto produto turístico está associada à existência de equipamentos e infraestrutura que atendam às necessidades e desejos dos turistas e visitantes.

No aspecto geográfico, a Avenida Joaquim Nabuco é definida como logradouro. Para Boullón (2002) os logradouros são espaços abertos ou cobertos de uso público, em que o morador da cidade e o turista podem entrar e percorrer livremente.

Na Avenida Joaquim Nabuco a infraestrutura turística não é adequada por diversos fatores. Faltam placas de sinalização, calçadas niveladas para deficientes físicos, pisos táteis, e principalmente a segurança, pois na própria avenida é possível encontrar pessoas marginalizadas. Tudo isso torna difícil a prática da atividade turística, como afirma Oliveira (2019, p.283) a seguir:

(...) foi constatado que as atividades turísticas ocorrem de maneira desordenada, sem fiscalização, segurança e acessibilidade, o que gera resultados insatisfatórios no cenário do turismo. A imagem dessa área está comprometida, pois também se tem questões de vulnerabilidade social, com a chegada de imigrantes que em sua maioria são venezuelanos, colombianos e haitianos que estão pelas ruas do centro realizando trabalhos informais através de vendas ambulantes, outros estão na mendicância e prostituição. Essas circunstâncias têm prejudicado bastante a dinâmica da organização turística na cidade, acarretando prejuízos não apenas para os empresários, com o consequente afastamento dos turistas, mas também para o poder público com a desvalorização da área. Isso tem influenciado negativamente na imagem do produto turístico local. (OLIVEIRA, 2019, p.283).

Do ponto de vista do residente sobre a segurança da mesma:

(...) mencionaram como regiões que mais concentram lugares de memória e conjuntos habitacionais históricos a Av. Joaquim Nabuco e

a rua Ferreira Pena. D. Nazaré lamenta o fato de não poder passear mais pela Av. Joaquim Nabuco, segundo ela, naquela avenida “a maioria das casas foram invadidas”, por isso tem medo de andar por lá e D.Fátima fala com pesar sobre as casas abandonadas nessas duas áreas citadas. (IPHAN, 2020, p. 278).

Para Molina (1997) o turismo é um sistema integrado por um conjunto de subsistemas:

- a. Superestrutura: organizações do setor público e privado; leis; regulamentos, planos e programas;
- b. Demanda: turistas residentes no país e no estrangeiro;
- c. Infraestrutura: aeroportos, rodovias, redes de água potável, esgoto, telefone, energia, etc;
- d. Atrativos naturais e culturais;
- e. Equipamentos e instalações: hotéis, restaurantes, pousadas, campings, agências de viagem, cafeterias, quadras de tênis, boliche, entre outros;
- f. Comunidade receptora: residentes locais ligados direta ou indiretamente ao turismo.

Por mais que o turista esteja vivenciando uma ótima hospedagem, experimentando o melhor da culinária local, frequentando os locais mais renomados, e sendo bem recebido pela população local, nada disto seria possível se os subsistemas não estivessem integrados e conversando entre si. A experiência turística seria incompleta e insatisfatória, terminando com um turista frustrado, que além de nunca mais querer retornar ao destino, ainda recomendaria aos outros que não visitassem este local.

Ansarah (2001) frisa que o produto turístico constitui-se de cinco componentes básicos:

1. Atrações: matéria-prima, onde o núcleo se organiza;
2. Facilidades, instalações e serviços: podem não gerar fluxos turísticos, mas a falta deles pode dificultar a visitação às atrações;
3. Acessos: vias e meios de transportes integrantes da infra-estrutura do núcleo receptor;
4. Imagens e percepções dos destinos: motivadores nas viagens turísticas;
5. Preço: nas viagens como um todo, influenciando na decisão do cliente, devido à competitividade dos produtos.

Ainda faltam facilidades e serviços para a realização da atividade turística neste local, e quanto ao acesso, por se localizar no Centro de Manaus, transporte público e/ou particular podem ser utilizados; não há calçadas adaptadas e pisos táteis suficientes para facilitar o acesso de pessoas com mobilidade reduzida. É possível admirar a beleza de monumentos antigos e seu contraste com os modernos e também observar-se o abandono de muitos, construindo-se uma crítica em relação à preservação. Quanto ao preço, por se tratar de uma avenida, via pública, o preço do roteiro seria simbólico, pois o turismo é uma atividade econômica, mas a intenção principal é contar a história da referida avenida.

Segundo Beni (1998):

Os atrativos histórico-culturais são manifestações concretizadas em elementos materiais que se apresentam sob a forma de bens imóveis ou móveis. Entende-se por imóveis aqueles considerados fixos e, por móveis fixos, os pertencentes ou não a coleções ou acervos, que estejam em exposições permanentes no mesmo local. Suas subcategorias são três: Monumentos (arquitetura civil; religiosa/funerária; industrial/agrícola; militar; ruínas; esculturas; pinturas, outros legados); Sítios (históricos e científicos) e Instituições culturais de estudo, pesquisa e lazer (bibliotecas, arquivos e institutos históricos e geográficos (BENI, 1998, p.276-278).

O patrimônio cultural material da referida avenida encaixa-se nessa definição de Beni sendo Monumentos - arquitetura civil e ruínas. Por não se tratar de um sítio histórico do ponto de vista federal, as Escolas Estaduais Barão do Rio Branco e Nilo Peçanha, o Hospital Beneficente Portuguesa e o Tribunal de Contas da União não entram nessa categoria.

Contudo, do ponto de vista municipal, a Avenida Joaquim Nabuco é um sítio histórico, como será comprovado através de mapa fornecido pela Manauscult nos resultados.

Visando o resgate da memória, um dos objetivos do presente trabalho é a elaboração de um roteiro turístico. Trata-se de da “descrição pormenorizada de uma viagem ou itinerário, com a indicação de uma sequência de atrativos existentes numa localidade e merecedores de serem visitados” (BAHL, 2004, p.43). Este conceito será aprofundado posteriormente.

Para atender um roteiro turístico é necessária organização dos elementos da infraestrutura para bem atender ao turista. De acordo com Murta e Albano (2002):

No entanto, ao pensar em desenvolvimento turístico em um determinado local, as primeiras ações de planejamento se concentram no transporte, hospedagem, alimentação e opções de compra e lazer dos visitantes. Pressupõe-se que o turista ou visitante irá descobrir por si mesmo e encantar-se automaticamente com as belezas naturais, históricas e manifestações culturais. É na interpretação do patrimônio natural e cultural que o conhecimento do visitante e do habitante será ampliado e desvelado, visando estimular várias formas de olhar, apreender e experienciar encontrando a singularidade do lugar, símbolos e significados mais marcantes no composto da identidade e diferenciação do local. Os ambientes, em especial as cidades, devem ser vistos como um enigma a ser descoberto (MURTA; ALBANO, 2002, p.9).

O roteiro irá proporcionar essa experiência de viver a cidade, o Centro Histórico, especificamente na Avenida Joaquim Nabuco, expandindo o conhecimento de turistas e habitantes sobre este espaço.

“Concentrados nas cidades, os patrimônios históricos e artísticos nas sociedades modernas ocidentais representam simbolicamente a identidade e memória de uma nação” (OLIVEIRA, 2008, p.114).

Como já foi dito, o aumento do sentimento de pertencimento é um dos objetivos para a criação do roteiro.

Em relação ao aspecto econômico da atividade turística:

O grande desafio dentro do planejamento e na gestão da oferta turística está na eleição de um modelo que assuma o impacto do turismo na economia local, reconfigurando uma nova estrutura dentro do sistema de produção da atividade e na gestão, porém deve-se ao mesmo tempo se esforçar para preservar a identidade social e cultural como um valor fundamental em um destino que deseja tornar-se competitivo e singular (MAZARO; VARZIN, 2008).

Em relação à nacionalidade, ao sentimento de pertencimento:

Quanto à nacionalidade, esta pode ser vista como uma comunidade simbólica, podendo ser explicada através do seu poder de gerar um sentimento de identidade e lealdade, onde os sentidos estão contidos nas histórias que são contadas sobre a nação, memórias que conectam seu presente com seu passado e imagens que dela são

construídas e contribuem para o imaginário. A etnicidade por sua vez possui um significado puramente social refere-se às práticas e às visões culturais de determinada comunidade de pessoas e que as distingue das outras. (FOETSCH 2007, p.62).

“Nos tempos atuais, a identidade é mais flexível e sujeita às mudanças e inovações, manifestando-se nos grupos como mãe ou professor, fazendo com que as pessoas passem a sentir a identidade como uma construção social”. (BARRETTO, 2007, p.86).

Por conta das mudanças sociais, a identidade dos habitantes e frequentadores da Avenida Joaquim Nabuco não é a mesma do início do século XX com barões da borracha, políticos importantes e abastados. Em contrapartida, permanecem os estudantes, comerciantes e pessoas de passagem pelo centro de Manaus. De acordo com Guimarães (2012) a cultura e o turismo foram valorizados nos últimos anos, contribuindo para o desenvolvimento de cidades e crescimento do turismo cultural.

Sobre este segmento:

O Ministério do Turismo entende que este tipo de segmento “compreende as atividades turísticas relacionadas à vivência do conjunto de elementos significativos do patrimônio histórico e cultural e dos eventos culturais, valorizando e promovendo os bens materiais e imateriais da cultura” (GUIMARÃES, 2012, p.63).

Como já foi declarado neste trabalho, existem bens imóveis históricos necessitando de preservação. Sendo assim, Camargo (2002) opina sobre o grau de importância para que determinado patrimônio seja preservado:

“(...) a preservação, ao menos a que é mais visível, das edificações e dos centros urbanos, se afirma como uma necessidade na medida em que o grau de destruição – sem necessariamente motivações ideológicas – se acentua e ganha proporções anteriormente desconhecidas.” (CAMARGO, 2002, 14).

Na Avenida Joaquim Nabuco a maioria dos monumentos históricos está parcialmente destruída ou danificada, como será comprovado posteriormente na Coleta de Dados do presente trabalho.

Até aqui foram apresentados os conceitos aplicados nesta pesquisa relacionados ao patrimônio cultural, o turismo e sua relação com a Avenida

Joaquim Nabuco. Para a compreensão do Centro Histórico, será apresentada a história da cidade de Manaus e nos resultados, a história da referida avenida, objeto de estudo deste trabalho.

3 HISTORICIDADE DA CIDADE DE MANAUS

A presente pesquisa introduziu a história da Avenida Joaquim Nabuco como integrante do centro histórico de Manaus, mas é necessário entender o contexto histórico da cidade em si. Neste tópico, será apresentada a história de Manaus.

Primeiramente, é necessário entender a sua localização. Segundo Mesquita (2006):

Para se entender o processo histórico de evolução da cidade de Manaus é preciso recuar até a chegada dos primeiros descobridores que aqui chegaram, entre os quais, espanhóis e holandeses e,

finalmente, os portugueses que passaram a dominar a região para se chegar ao contexto atual.(...) Capital do Amazonas, Manaus, é a verdadeira hinterlândia amazônica, situada entre a Amazônia Ocidental e Oriental, em um ponto principal da navegação fluvial. Está situada em um vasto leque formado por grandes rios conseqüentes da Amazônia Ocidental que possuem seu fecho de raios na altura de Manaus, na confluência dos rios Negro e Solimões. Assenta-se na porção ribeirinha de um sistema de colinas tabuliformes, comportando-se rigorosamente como uma cidade fluvial de confluência: daí o seu humilde e ajustado apelido inicial de “Logar da Barra” (AB’SABER, 2004, p.201-202). (...) Meio século após a fundação de Belém (1615-1616), a região amazônica, especificamente as áreas do entorno do Rio Negro, passaram a ser objeto das incursões portuguesas provenientes dos núcleos atlânticos pré-existentes (São Luís e Belém), uma espécie de bandeirismo paulista ao longo dos caudais amazônicos (AB’SABER, 2004, p.203). A penetração portuguesa no território amazonense foi realizada pelas expedições militares, pelos sertanistas e missionários. As expedições militares puniam os grupos nativos, os sertanistas colhiam especiarias regionais e resgatavam os índios que por sua vez eram catequizados pelos missionários (IGHA, 2001, p.50). Manaus tem sua origem no século XVIII, quando justamente essas incursões portuguesas passaram a explorar a região em busca de escravos indígenas (MESQUITA, 2006, p. 23).

Os autores citados explicam como foi o processo de surgimento de Manaus, seus aspectos geográficos, a expressiva quantidade de rios, o que facilitou a navegação e exploração europeia. Por isso mesmo, havia a mescla de culturas no mesmo espaço, cada qual com seus interesses, para a formação da cidade. Vale ressaltar que antes mesmo da chegada dos europeus já existiam núcleos sociais bem definidos entre os povos indígenas de diferentes etnias, então nada foi “descoberto”.

De acordo com Monteiro (2016):

(...) a zona do Rio Negro, a mais infelicitada nesse processo de escravização e de descimentos (o exemplo de Manaus, formada da aldeia de elementos índios nucleados acima e abaixo das cachoeiras, uma simbiose das mais pitorescas) jamais conseguiu reconquistar o esplendor de outrora. A aldeia missioneira era, foi decisivamente um foco de atração e de disseminação da cultura europeia, não se pode afastar essa pertinência histórica: o padre que sermoneava em língua geral primeiro, deveria falar de coisas demasiadamente pitorescas para a ingênua perplexidade dos infantes e dos adultos. (MONTEIRO, 2016, p.207).

Manaus era um lugar primitivo, simples e sem grandes expectativas de desenvolvimento. Barcelos foi a primeira capital da província do Amazonas,

tendo mais investimento dos portugueses que desejavam crescer economicamente e politicamente. Até mesmo na cultura isto ficou evidente de acordo com Monteiro (2016).

“Em Mariuá/Barcelos, o estímulo dado à cultura foi de maior importância que em Manaus e é uma coisa curiosa que a futura cidade capital da Província não tivesse desenvolvido todos os recursos culturais implantados na vila-capital”. (MONTEIRO, 2016, p.240). O autor continua:

Não há uma detalhada descrição urbana da antiga capital da Capitania, mas o doutor Alexandre Rodrigues Ferreira conseguiu dizer algo das ruas sem nome, ruas bem traçadas, pontes, o chamado Bairro Real e o seu oponente a Aldeinha, morada de índios obscuros. Só. Manaus/Barra foi mais feliz, chegamos a conhecer suas três primeiras ruas e suas praças, seus caminhos e estradas e outros detalhes que partem de 1669, mais ou menos, inclusive os nomes dos bairros acanhados, dos distritos, dos igarapés e a localização dos próprios oficiais, o local onde estiveram instalados os serviços administrativos etc. (MONTEIRO, 2016, p.241).

Nesse sentido, pode-se dizer que apesar da falta de desenvolvimento, Manaus teve uma parte do início de sua história preservada. A seguir, as diferentes nomenclaturas antes de ser categorizada como cidade:

O município de Manaus é um exemplo dos mais curiosos da história do Amazonas, pois transitou por todas as fases necessárias à verdadeira realidade municipalista, ou seja, com sua máquina administrativa montada de acordo com as necessidades e funcionamento dependentes de soluções históricas: aldeia indígena, arraial ou povoação, lugar, vila e cidade. A aldeia era habitada por índios Manaus, nação que dominava o vale do rio Negro. Relatos tradicionais apontam para os Tarumãs como primeiros povoadores, seguidos mais tarde por grupos de Manaus, Barés, Pacés, Banibas, Muras, descidos posteriormente para o arraial na forma do disposto na regulamentação do Diretório. Com esse mosaico humano, juntaram-se os colonos portugueses, artífices, agricultores e os soldados do destacamento do forte, foi possível subir de prestígio e crescer demograficamente a primitiva aldeia indígena (MONTEIRO, 1972, p.67-68).

A partir desse período dois importantes fatos históricos se sucederam: A abertura do rio Amazonas à navegação a vapor e o Ciclo da Borracha. O primeiro surgiu pelo receio do governo imperial de perder a soberania na região frente ao interesse de países como Estados Unidos, Inglaterra e França. Apesar do interesse, o governo não dispunha de todos os recursos para tal feito, então

deixou a responsabilidade nas mãos de Irineu Evangelista de Sousa, Barão de Mauá, em 10 de agosto de 1852.

Segundo Guimarães (2012, p.96):

Praticamente na mesma época em que se tornou Cidade, em 1848, a comarca do Alto Amazonas foi elevada, em 5 de setembro de 1852, à categoria de Província, tendo sua instalação ocorrido de fato apenas em 01 de janeiro de 1852, quando desembarcou em Barra o seu primeiro presidente, João Baptista de Figueiredo Tenreiro Aranha. Com esses fatos relevantes, iniciava-se a história de Manaus na segunda metade século XIX quando mudanças significativas implementadas no lugar fizeram com que a região despertasse um crescente interesse internacional, atraindo grande número de viajantes: pesquisadores, cronistas, cientistas e aventureiros que divulgavam relatos de suas impressões e investigações, muitas vezes preconceituosas, sobre vários aspectos (GUIMARÃES, 2012, p.96).

O fato é que o tipo de formação e origem desses viajantes fazia com que estranhassem os aspectos sociais e urbanos da cidade vividos naquele momento e não observassem Manaus sendo um lugar que adaptava sua vida e necessidades aquilo que o clima e a natureza ofereciam, o que para eles era considerado rudimentar, atrasado, fazendo comparações com a Europa, que “naquela época já usufruía de alguns benefícios introduzidos pela indústria e pelas modernas noções de higiene” (MESQUITA, 2006, p.36). Assim, Aziz Ab’Saber reforça que:

Manaus, nesse tempo, era sobretudo, uma cidade índia, onde a população de origem índia e os resíduos de costumes e atividades dos índios eram um fato na movimentação urbana; apenas os índios pareciam ter uma vida mais livre e agradável, em face do clima e do ambiente físico. A iluminação pública do lugarejo havia algum tempo, era feita por sistema de lampiões alimentados por manteiga de tartaruga, óleo de peixe-boi ou óleo de mamona. Nada mais amazônico poderia ser imaginado do que esse fato (AB’SABER, 2004, p.207).

Loureiro (2007) ao caracterizar Manaus, do ponto de vista urbanístico e social, no período imperial relata que:

Em 1853, a Barra possuía uma igreja, os prédios da câmara municipal e da cadeia, dois quartéis, a recebedoria e a tesouraria da fazenda, 89 casas térreas particulares telhadas, oito sobrados, 12 casas telhadas em construção, totalizando 243 edificações. A população da Província, em 2 de julho de 1856 era estimada em 42.592 habitantes, sendo 36.078 livres, 822 escravos e 332 estrangeiros. Cidade da Barra: 9.813

livres, 368 escravos e 128 estrangeiros. No período de 1 de junho de 1877 a 5 de fevereiro de 1878 entraram em Manaus, 827 emigrantes cearenses, sendo 647 homens e 180 mulheres. (LOUREIRO, 2007, p.42-43).

A partir do século XIX iniciou-se o crescimento de Manaus resultante da vinda dos emigrantes nordestinos atraídos pela oferta de melhor qualidade de vida através do trabalho nos seringais, pois a seca no nordeste tornava as condições habitacionais extremamente precárias.

Além desses, vieram mais europeus chocando-se com a realidade dos habitantes locais. Como afirma Ab' Saber, os costumes predominantes eram de origem indígena, natural para a localidade e clima da cidade; ainda assim, foram vistos como atrasados, ignorantes e até mesmo preguiçosos.

Vale ressaltar a data da mudança do nome Cidade da Barra para Manaus em 04 de setembro de 1856, lembrando os índios Manáos que habitaram esta região, antes de serem dizimados pelos europeus, e seu significado é “mãe dos deuses”.

A partir desse período, mudanças significativas ocorreram:

Com o aumento da demanda de borracha a Lei 1037 foi anulada e o monopólio da companhia de Mauá quebrado, sobretudo com a abertura do rio Amazonas à navegação estrangeira em 7 de dezembro de 1866, permitindo-se a introdução de outras companhias de navegação, tais como: a Companhia Fluvial Paraense e a Companhia Fluvial do Alto Amazonas, além de outras frotas particulares. (PONTES FILHO, 2000, p.130).

No aspecto econômico, entende-se a borracha:

Evidentemente, a borracha não pode ser explicada isoladamente na economia brasileira da Primeira República, pois ela está diretamente ligada a um contexto maior, o de desenvolvimento do modo de produção capitalista, no qual o Brasil estava inserido como um país periférico, fornecendo produtos primários para abastecer a crescente demanda do início da 2ª Revolução Industrial (GUIMARÃES, 2012, p.112).

Nordestinos e estrangeiros começaram a ser atraídos para essa região com falsa promessa de enriquecimento e melhora na qualidade de vida em decorrência da seca avassaladora. A chegada destes à Amazônia contribuiu

para que Manaus adquirisse características europeias em um nível jamais visto, perdendo seu aspecto tradicional indígena, como afirma Pontes Filho:

A crescente demanda de borracha pela Europa e Estados Unidos, face ao seu aproveitamento industrial, além de ocupar a população com a extração do látex, fez com que se intensificasse a imigração para a região, acarretando-lhe um incremento demográfico responsável pela alteração dos padrões de vida da cultura local, bem como pela quebra do seu isolamento perante o mundo. (PONTES FILHO, 2000, p.132)

Em consequência disso, os povos indígenas sofriam com epidemias trazidas pelos imigrantes e perdiam cada vez mais seu território. Uma falha tentativa de “integrá-los” foi o uso de sua mão-de-obra para extração do látex.

Faz-se necessário uma explanação de novas figuras na história de Manaus. Segundo Pontes Filho (2000, p.137), o seringueiro era o extrator do látex e produtor da borracha:

Trabalhava dezesseis horas por dia, em média. Uma barraca de palha era sua moradia. Sem proteção contra o frio, a chuva, os insetos ou feras da floresta e alimentando-se de farinha d'água, do jabá, do arroz e de conservas, comumente, estragadas, esse vassalo da borracha tornava-se alvo fácil de fatalidades na região. (PONTES FILHO, 2000, p.137).

As condições nos seringais não eram das melhores. Os seringueiros sofriam com malária e outras doenças, pouco ou nenhum acesso a itens de higiene (os quais eles ainda teriam que pagar), diferente do que lhes fora prometido. Suas necessidades eram supridas pelo sistema de aviamento, ou seja, as mercadorias eram adquiridas por crédito, então, o trabalhador sempre ficaria “devendo” alguma coisa, nunca pagando sua dívida. Na verdade, era praticamente uma escravidão.

Vale ressaltar que a mão de obra de escravos negros não se perpetuou em vista dos trabalhadores nordestinos e de ideias abolicionistas terem sido fortes na época, ao ponto do Amazonas ter sido o segundo estado brasileiro a abolir a escravatura em 1884, seguindo o Ceará.

Enquanto isso, o seringalista, barão da borracha tinha outras funções:

Portanto o seringalista era não somente o patrão, mas a própria autoridade do seringal. Se o seringal era o núcleo da estrutura sócioeconômica da Amazônia, o seringalista, por sua vez, atuava como a autoridade civil e militar do seringal. Impunha-se pela força, perseguia e punia brutalmente, tal como se fazia com os escravos, aqueles que o ofendiam, sobretudo os trabalhadores da coleta do látex. (PONTES FILHO, 2000, p.136).

Dessa forma os barões da borracha exerciam enorme influência política e social não apenas nos seringais, mas principalmente na cidade de Manaus. Para atender suas necessidades, a *belle époque* tomou forma em Manaus, sendo o otimismo e as diversões boêmias partes fundamentais do cotidiano da elite. O governador Eduardo Ribeiro foi quem impulsionou tal fato.

A educação e a cultura também eram bastante valorizadas. O lazer da elite estava interligado às artes, logo, o projeto para a construção do atual Teatro Amazonas entrou em execução e a Escola Universitária Gratuita de Manaus foi inaugurada em 1909 sendo a primeira do país.

A cidade contava com belíssimos palacetes e casarões e moderna estrutura para a época: saneamento básico, eletricidade, serviço de bondes, restaurantes, hotéis, praças limpas, lojas de variedades e um excelente hospital: o Beneficente Portuguesa, localizado na Avenida Joaquim Nabuco.

Esses fatos são evidenciados a seguir:

Atendendo aos interesses da burguesia extrativista, diferentes firmas atuaram em diversos setores urbanos, alterando profundamente a imagem da cidade. Os ingleses transformaram a aldeia em uma capital moderna, das instalações portuárias aos transportes urbanos; do abastecimento de água ao sistema de iluminação, numa demonstração de que a capital amazonense se organizava não só pela interferência do Estado ou do município, mas também com o auxílio fundamental de empresas privadas, que dão uma nova fisionomia ao espaço urbano, imprimindo à cidade as feições da classe que executava as reformas, impulsionadas pela sua importância comercial, portuária e até mesmo sócio-cultural (DIAS, 2007, p.45).

“De 1889 para 1920, sua população saltou de 10.000 para 75.000 habitantes, crescimento considerado invejável para uma pequena cidade da distante e pouco desenvolvida Amazônia Central” (AB’SABER, 2004).

De acordo com Pontes Filho (2000, p. 145) o custo da produção da borracha era bastante alto por conta das distâncias percorridas, materiais utilizados e demais burocracias. Por conta disso, em meados de 1900, sementes de seringueira foram contrabandeadas para serem plantadas e cultivadas na Ásia.

Segundo Pontes Filho (2000) logo após esse contrabando, as exportações brasileiras despencaram, chegando ao fim o apogeu da borracha. Os antigos barões voltaram para seus países de origem levando sua família e boa parte de seus pertences. O governo federal pouco fez para auxiliar os pobres que aqui ficaram. Economicamente, as atividades que mantiveram a população foram a extração de castanha e de minérios.

A ruína da borracha brasileira é explicada não apenas pelo contexto no qual estava inserida, mas também por fatores internos, pois os representantes políticos da Amazônia nunca conseguiram consolidar uma política de defesa da borracha. Os lucros obtidos na região foram direcionados para o consumo e não como investimentos para transformar e melhorar as condições de produção e distribuição existentes (PRADO, CAPELATO, 2006).

Loureiro (1982, p.178), explica o fim desse ciclo da seguinte forma:

Estava encerrado o ciclo da borracha, que nos deixava a melhoria urbana de Manaus e Belém, o povoamento dos rios da borracha, a conquista do Acre e o desenvolvimento industrial da região sudeste, bem como embelezamento do Rio de Janeiro, graças ao saldo do ouro negro amazônico. Graças a este produto, o país recuperou-se da fase inflacionária do encilhamento, ocorrido após a proclamação da República, porém apesar dessa contribuição o Governo Federal não prestou qualquer assistência, nem efetuou qualquer programação desenvolvimentista na região, tudo o que aqui se realizou, neste tempo, deveu-se ao esforço local. (LOUREIRO, 1982, p.178).

Somente na década de 40 por conta da Segunda Guerra Mundial, sendo o Brasil aliado dos Estados Unidos, voltou a produzir a borracha, pois o Oriente estava bloqueado. Mas esse segundo ciclo não durou muito.

Em seguida, a guerra acabou e Manaus foi deixada de lado novamente, com o fornecimento de energia ficando extremamente escasso. Segundo Marinho (2020, p.88-89) sobre esse período:

Nos anos quarenta e cinquenta, aprendemos a conviver com a escuridão. (...) Entretanto, no centro da cidade, onde estavam localizados os cinemas Avenida, Guarany, Odeon e Polytheama, além dos bares Leão de Ouro, Americano, Café da Paz e Leiteira Amazonas, um verdadeiro oásis de luz acenava como o único refúgio de alegria e diversão(...) Cada casa de diversão possuía o próprio gerador de energia. (...) O som do rádio, porém, não chegava até a população pobre. Em vez de eletricidade, iluminação a querosene. (MARINHO, 2020, p.88-89).

“Não importa o dia da semana. Você reunia uma turma animada, abordava o pipoqueiro mais próximo e ainda comprava aqueles bombons de cereja que vinham na caixinha.(...) Bastava isso para ter passatempo em um dos cinemas do Centro de Manaus.” (MARINHO, 2020, p.103).

De acordo com Marinho (2020, p.103) os cinemas eram um verdadeiro alento para os manauaras. Além do rádio, era uma forma de conexão com o restante do país e até do mundo, visto que os meios de comunicação eram precários e não havia muitas ofertas de lazer na cidade. Percebe-se a desigualdade social cada vez mais enraizada na capital amazonense.

Enquanto isso, de acordo com Gadelha (2020), à sombra de um mulateiro, na Praça Heliodoro Balbi, surgia o Clube da Madrugada. Era o encontro de artistas, poetas, e intelectuais que partilhavam seus ideais, obras, e críticas, sendo influenciados pelo Modernismo.

A realidade amazônica estava sempre presente, seja na literatura, música e artes plásticas. E utilizando das artes, esses intelectuais denunciavam a realidade da população manauara, que como já visto, sofria com o abandono econômico, abastecimento de energia, saneamento básico, entre outros.

Para solucionar essa situação, surge o projeto Zona Franca de Manaus em 1957 visando inserir a região como competitiva economicamente, adotando a política de incentivos fiscais. Conseqüentemente, com a chegada de diversas empresas, fábricas, não apenas amazonenses foram contratados, mas muitos outros brasileiros vieram à Manaus a trabalho, especialmente sulistas. Com a modernidade, o centro histórico foi perdendo algumas de suas características como é abordado a seguir:

A partir dos anos 90, em função da explosão demográfica e desordenada da cidade de Manaus, Belém perde a posição de destaque regional para Manaus. Porém, essa vitória da capital amazonense, na opinião de Souza (2009) foi superficial, pois enquanto o capital nacional e internacional chegava, Manaus saiu perdendo como centro urbano. Belém, com essa nova condição, aproveitou para preservar seu patrimônio urbano, sua arquitetura eclética, seus parques neoclássicos e suas avenidas sombreadas por mangueiras, resultando em uma clara evidência de que a capital paraense conseguiu impor sua cultura e tradições. Já Manaus se entregou a especulação imobiliária degradando e perdendo grande parte dos seus marcos arquitetônicos, em troca de uma arquitetura medíocre, ofuscando a memória e a identidade dos seus monumentos, prédios e espaços públicos (GUIMARÃES, 2012, p.109).

Fazendo-se uma análise das mudanças sociais que ocorreram e influenciaram nos monumentos históricos:

Todo ciclo econômico deve ser entendido dentro de um panorama contextualizado com os aspectos regionais, nacionais e internacionais. Não apenas para entender o que se passa em cada local, mas para compreender o processo de desenvolvimento e as peculiaridades econômicas em diferentes escalas, assim como seus impactos na cultura e na sociedade que acabam imprimindo uma nova configuração sócio-espacial à cidade, região ou país influenciado pelo cenário econômico em questão. A fase da economia gomífera na Amazônia perpassa os principais momentos da história política brasileira, processando-se décadas após o advento da Independência, passando pelo Império, chegando até a Primeira República, sendo responsável por grandes alterações na região, materializadas nas ruas, avenidas e edificações ainda presentes no Centro Histórico de Manaus (GUIMARÃES, 2012, p.111).

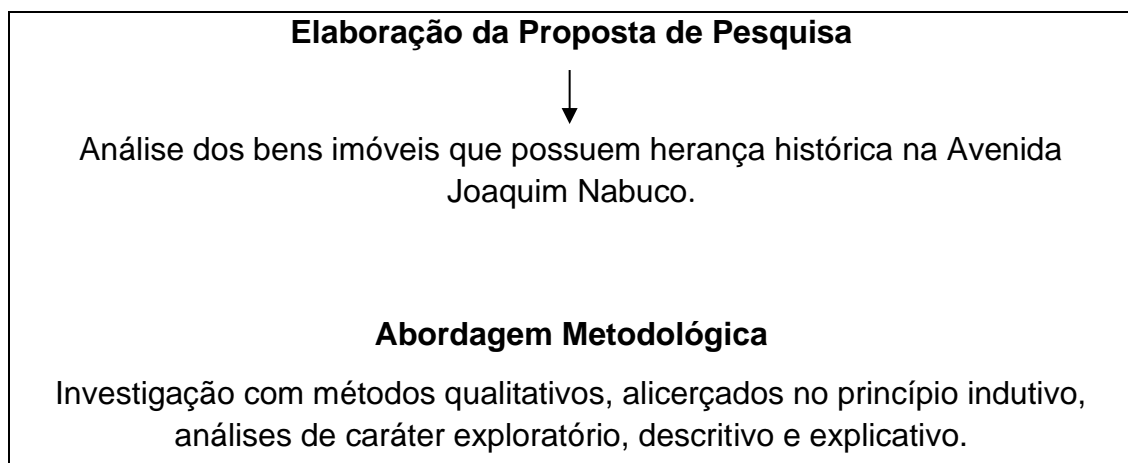
Para compreender o porquê do estado atual dos monumentos históricos da Avenida Joaquim Nabuco, faz-se necessário analisar quais foram as mudanças ocorridas neste espaço. Na historicidade da cidade de Manaus apresentou-se sua origem, seus personagens, desdobramentos, fatos históricos importantes, o cotidiano da *belle époque*, o ciclo da borracha, e seus aspectos sociais.

Segue-se a metodologia utilizada na presente pesquisa para tal análise.

4 METODOLOGIA

Gil (2006) destaca que é na metodologia que o pesquisador deve esclarecer os procedimentos a serem seguidos na realização da pesquisa. O autor destaca que organização varia de acordo com as peculiaridades de cada pesquisa.

Quadro 01: Etapas de Pesquisa



PALAVRAS – CHAVE

Patrimônio histórico cultural	Avenida Joaquim Nabuco	Roteiro turístico
----------------------------------	------------------------	-------------------

Fonte: COSTA, 2021.

4.1 FORMA DE ABORDAGEM

A forma de abordagem é qualitativa, pois se faz um estudo profundo sobre os patrimônios culturais considerados importantes na Avenida Joaquim Nabuco.

Para Goldenberg (2004) a pesquisa qualitativa não é uma técnica específica, mas uma análise holística onde se procura reunir o maior número de informações detalhadas, por meio de diferentes técnicas de pesquisa, com o objetivo de aprender a totalidade de uma situação e descrever a complexidade de um caso concreto. Todavia, através de um mergulho profundo e exaustivo em um objeto delimitado, o estudo de caso possibilita a penetração na realidade social, não conseguida pela análise estatística.

4.2 OBJETIVOS METODOLÓGICOS

Os objetivos metodológicos são de ordem exploratória, descritiva e explicativa. Portanto é exploratório por buscar entender o fenômeno profundamente, ou seja, buscar mais familiaridade com a temática.

Segundo Selltiz *et al.* (1965), citado por Oliveira (2011, p.20), esclarecem que a pesquisa exploratória busca descobrir idéias e intuições, na tentativa de adquirir maior familiaridade com o fenômeno pesquisado.

Considera a pesquisa descritiva, por descrever os objetos investigados e explicar o porquê e as razões dos fenômenos. Para Cervo, Bervian e da Silva (2007) dizem que a pesquisa descritiva observa, registra, analisa e correlaciona fatos ou fenômenos (variáveis) sem manipulá-los. Procura descobrir, com maior

precisão possível, a frequência com que um fenômeno ocorre, sua relação e conexão com outros, sua natureza e suas características.

Relata-se explicativo por tentar mostrar o que existe atrás das aparências dos objetos e abordar os fatores que contribuíram para ocorrência como é o caso dos monumentos históricos deteriorados na Avenida Joaquim Nabuco.

Segundo Gil (1999), referenciado por Oliveira (2011, p.22), a pesquisa explicativa tem como objetivo básico a identificação dos fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência de um fenômeno. É o tipo de pesquisa que mais aprofunda o conhecimento da realidade, pois tenta explicar a razão e as relações de causa e efeito dos fenômenos.

4.3 AMOSTRA

Amostra é não probabilística acidental, pois a ideia proveio de fora para dentro, ou seja, nasceu através de estudos da avenida sete de setembro que foi desenvolvido pela professora Márcia Raquel Guimarães. Sendo assim partiu a ideia de estudar a Avenida Joaquim Nabuco, pois não há pesquisas sobre esta.

Amostra não probabilística acidental é uma amostra que é formada por aqueles casos ou elementos que vão aparecendo. Este tipo de amostra é de grande utilidade em estudos exploratórios de um problema, quando os pesquisadores não têm definição clara sobre as variáveis a serem selecionadas (BARROS E LEHFELD, 2007).

4.4 COLETA DE DADOS

Para se entender melhor o processo de coleta de dados se faz uma descrição no quadro abaixo:

Quadro 02: Técnicas de Coleta de Dados

OBSERVAÇÃO INDIRETA	OBSERVAÇÃO DIRETA	OBSERVAÇÃO DIRETA
Dados Secundários	Dados Primários	Dados terciários

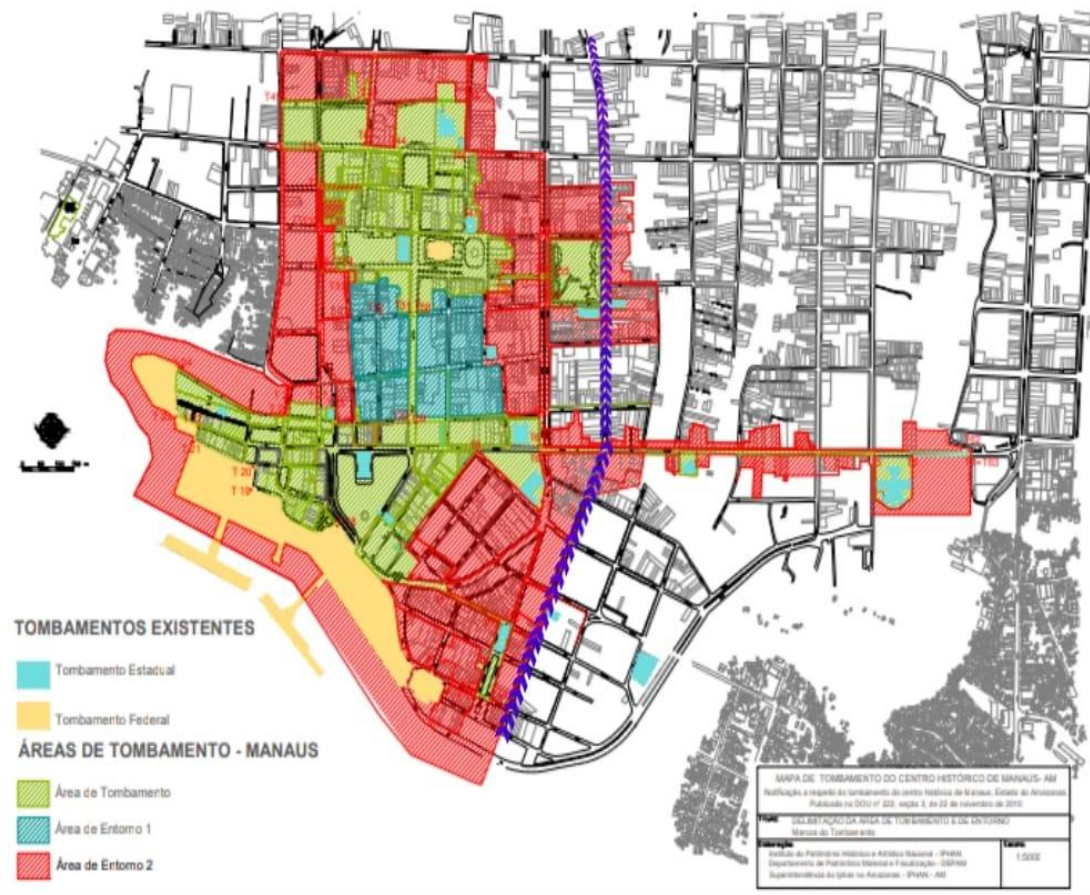
Análise documental	<p>DIRETA INTENSIVA</p> <p>Observação</p> <ul style="list-style-type: none"> • Sistemática e assistemática • Participante e não participante • Na vida real ou no laboratório 	Citados, fornecidos por outros, sem comprovação
--------------------	--	---

Fonte: Baseado no quadro de MICHEL,(2009).

Através de pesquisa qualitativa verificou-se o acervo da Biblioteca Pública do Amazonas, o da Biblioteca da ESAT-UEA, e a Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional e foram solicitados junto ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN – AM dados sobre a preservação e tombamento da Avenida Joaquim Nabuco.

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico e Nacional- IPHAN classifica a Avenida Joaquim Nabuco apenas como área de entorno de patrimônios tombados e não como tombada por completo. (Figura 1).

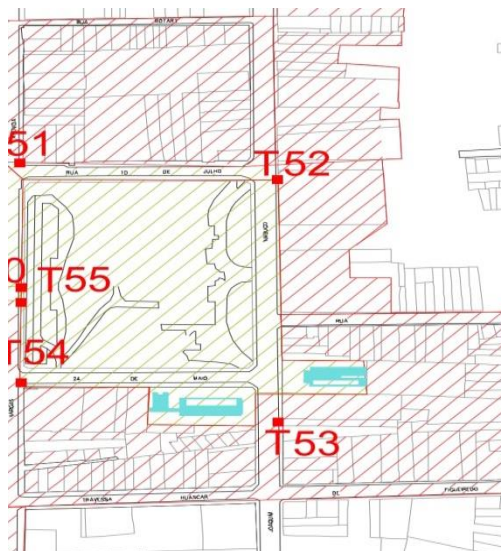
Figura 1 - Mapa de Tombamento do Centro Histórico de Manaus – AM. Setas em roxo indicam a Avenida Joaquim Nabuco.



Fonte: IPHAN, 2010. Editado por COSTA, 2021.

Como já foi citado anteriormente, somente a Escola Estadual Nilo Peçanha, a Escola Estadual Barão do Rio Branco, o Tribunal de Contas da União e o Hospital Beneficente Portuguesa são tombados pelo Estado. O Hospital ocupa área de tombamento federal (Figura 2). Os demais espaços em vermelho são áreas de entorno.

Figura 2 - Mapa de Tombamento do Centro Histórico de Manaus - AM com zoom. Percebe-se o Hospital Beneficente Portuguesa em verde claro como área de tombamento federal, ao seu lado em azul claro a Escola Estadual Barão do Rio Branco, e o Tribunal de Contas com tombamento estadual e em vermelho a Área de Entorno.



Fonte: IPHAN, 2010. Editado por COSTA, 2021.

Figura 3 - Mapa de Tombamento do Centro Histórico de Manaus - AM. Em azul claro, a Escola Estadual Nilo Peçanha.



Fonte: IPHAN, 2010. Editado por COSTA, 2021.

Do ponto de vista municipal, a Avenida Joaquim Nabuco é tombada como Sítio Histórico (Figura 4).

Figura 4 - Mapa com a delimitação do Centro Antigo de Manaus e o seu sítio histórico de Loman (1990), em vermelho a Avenida 7 de Setembro. Em azul turquesa, a Avenida Joaquim Nabuco.



Fonte: Fundação Municipal de Cultura, Turismo e Eventos (Manauscult) (MANAUS, 2017) *apud* GUIMARÃES, MAIA, OLIVEIRA e TRICÁRIO (2019). Editado por COSTA, 2021.

Os mapas apresentados ilustram o status atual da referida avenida em relação aos tombamentos municipal, estadual e federal. Nos resultados serão apresentados mapas do período de surgimento da referida avenida e seus monumentos tombados a nível municipal, estadual e federal. Para ilustrar a Hemeroteca Digital utilizada na coleta de dados (Figura 5):

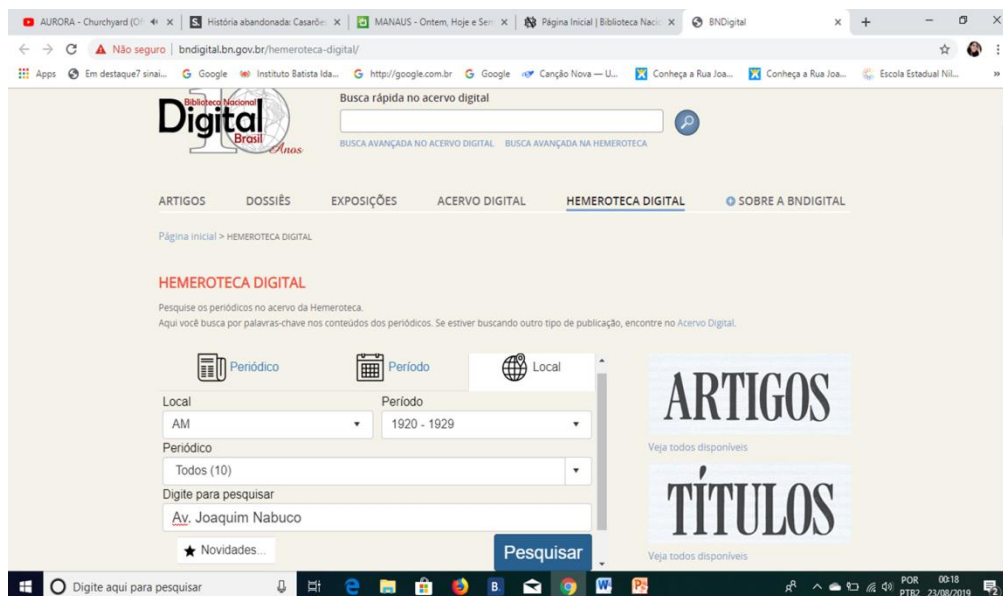
Figura 5 - Site da Biblioteca Nacional.



Fonte: COSTA, 2019.

Acessa-se a Hemeroteca Digital na página inicial da Biblioteca Nacional, escolhe-se o local, o período o qual se deseja examinar o periódico, e a palavra chave da pesquisa (Figura 6):

Figura 6 - Hemeroteca Digital.



Fonte: COSTA, 2019.

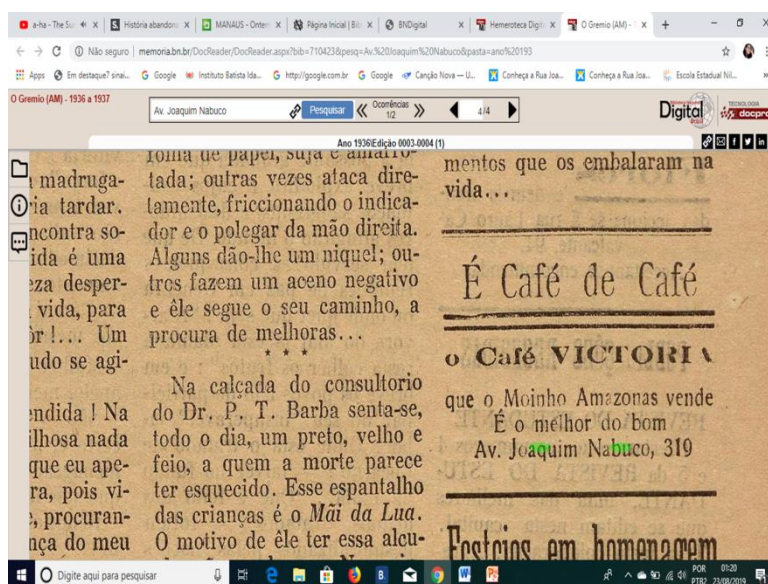
Ilustram o aspecto econômico do logradouro (Figuras 7 e 8):

Figura 7 - Primeiro registro da referida avenida. 1877.



Fonte: COSTA, 2019. Editada.

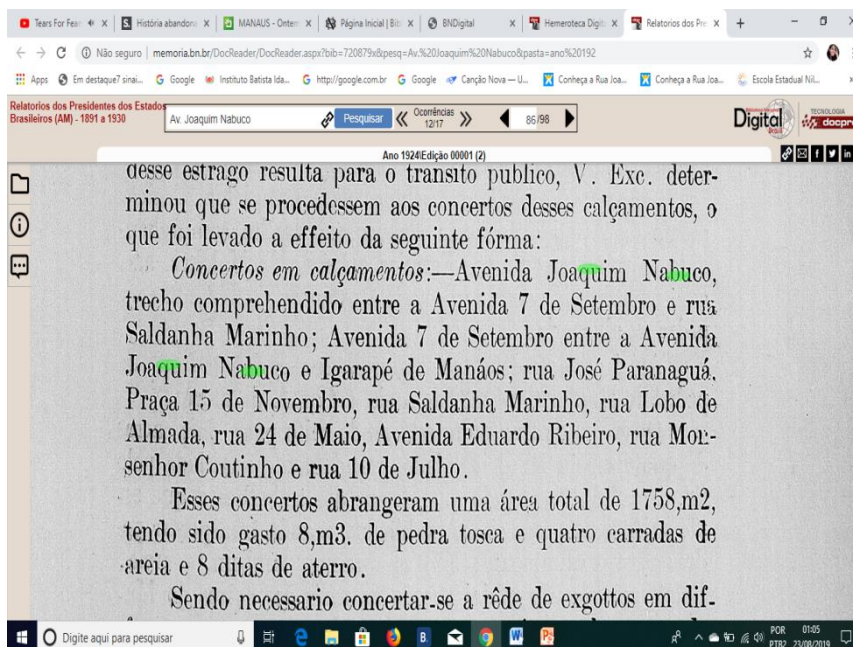
Figura 8 - Anúncio de uma cafeteria.



Fonte: COSTA, 2019.

Melhoramentos na infraestrutura da referida avenida (Figura 9):

Figura 9 - Concerto em trechos da referida avenida.



Fonte: COSTA, 2019.

Iniciou-se a coleta de dados em campo. A visita ao logradouro ocorreu em dois dias, uma pela manhã e outra pela tarde e durou no total de três horas,

pois foi percorrida toda a extensão da avenida. A seguir, a coleta de dados (Figuras 10, 11 e 12):

Figuras 10, 11, e 12 - Imóveis históricos em estado de preservação bom ou razoável.



Fonte: COSTA, 2021.

Ao longo da avenida percebe-se o contraste entre monumentos com a estrutura preservada e os que estão deteriorados (Figuras 13, 14 e 15):

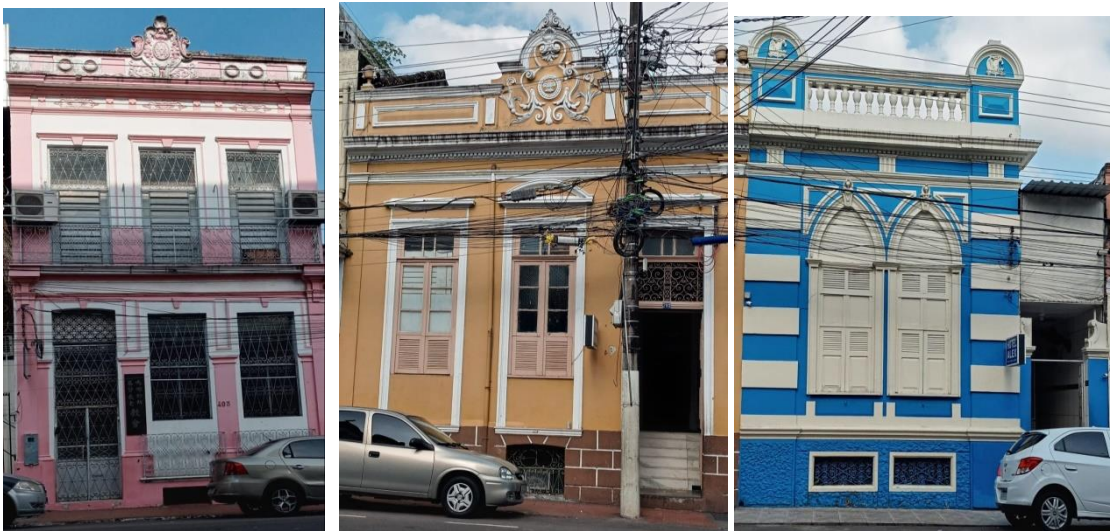
Figuras 13, 14 e 15 - Imóveis históricos apresentando deterioração.



Fonte: COSTA, 2021.

Há monumentos que funcionam como residenciais e estão em bom estado de conservação (Figuras 16, 17 e 18):

Figuras 16, 17 e 18 - Monumentos históricos em bom estado de preservação.



Fonte: COSTA, 2021.

Existe um monumento histórico com estrutura imponente não preservado, do qual não foram encontradas informações e atualmente funciona com estacionamento (Figuras 19, 20 e 21):

Figuras 19, 20 e 21 - Imóvel histórico em péssimo estado de conservação.



Fonte: COSTA, 2021.

Foi observado um monumento igualmente imponente e não foram encontrados dados sobre o mesmo (Figuras 22):

Figura 22 - Imóvel histórico apresentando má conservação.



Fonte: COSTA, 2021.

A modificação estrutural de certos monumentos foi feita de forma irregular, destruindo-se parte dos mesmos e negligenciando traços da sua história (Figura 23).

Figura 23 – Monumento com estrutura modificada.



Fonte: COSTA, 2021.

Ao longo da Avenida Joaquim Nabuco foram encontrados outros monumentos históricos deteriorados, como é ilustrado a seguir (Figura 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, e 32):

Figuras 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31 e 32 - Monumentos com pintura desgastada e pichações.



Fonte: COSTA, 2021.

A partir da coleta de dados realizou-se a análise dos mesmos.

4.5 ANÁLISE DOS DADOS

“A soma da abordagem conceitual, às visitas *in loco* e aos relatos da memória oral permitem a formulação de pressupostos práticos tanto de Educação Patrimonial quanto de Interpretação Patrimonial (...)”. (DHEIN, 2012, p.26).

Análise dos dados vai proceder por meio de imagens e mapas, os quais auxiliaram na transcrição dos resultados. Para Laville & Dione (1999), debatido por Oliveira (2011), o qual explicam que por meio da análise de conteúdo, procura-se desmontar a estrutura e os elementos do conteúdo, com vistas a esclarecer suas diferentes características e significação. Contudo, eles alertam colocando que a análise de conteúdo não é, como se poderia imaginar, um método rígido, no sentido de que, percorrendo uma seqüência fixa de etapas, fatalmente se obtêm os resultados desejados.

4.6 PROCEDIMENTOS TÉCNICOS

De fundamental importância serão o levantamento, a transcrição e a análise de fontes primárias, quais sejam, a legislação, a iconografia, os periódicos e os documentos oficiais antigos e recentes. Nesse sentido, cabe informar que as fontes mais recentes podem ser acessadas *on-line* (através dos sites oficiais dos periódicos e de órgãos governamentais diversos). O mesmo vale para boa parte das leis, das fontes iconográficas, dos periódicos e dos documentos oficiais antigos (fala dos governadores da província ou do estado e atas das reuniões da assembleia da província ou do estado), que, é importante informar, podem ser facilmente acessados *online* através da Biblioteca Digital da SEC e do site da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Será importante, também, consultar as instituições arquivistas e as bibliotecas da cidade de Manaus para superar as possíveis lacunas existentes nesses sites. Dentre as mais importantes, citamos: a Biblioteca Pública do Estado do Amazonas, o

Arquivo Público do Estado do Amazonas, o Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas, e a biblioteca Mario Ypiranga Monteiro.

4.7 MÉTODO

Considera o método dialético, observacional e dedutivo. Sendo assim é dialético devido às contradições analisadas darão origem à novas contradições que requerem novas soluções.

“A dialética define-se como método de uso geral, na medida em que, sendo a verdade provisória e reformável, a investigação da verdade em qualquer ciência vai exigir do pesquisador um pensamento dialético, pois o homem avança quando se esforça para superar a si próprio” (MICHEL, 2009).

É observacional por buscar captar dados da realidade que requerem investigar. Para Michel (2009), consiste na observação, no uso dos sentidos para captar dados da realidade que se quer investigar. Logo é uma forma de obtenção de dados, que pode ser, e o é em geral, associada a quaisquer métodos de pesquisa. Este método é muito eficaz para se acompanhar processos comportamentais, clima organizacional entre outros.

É dedutivo devido amostra caracterizar acidental e pela variável de estudo partir do geral para o particular. Observou-se primeiramente a referida avenida como um todo para que depois ocorresse a investigação da história dos monumentos em si.

Para Michel (2009), o método dedutivo é um tipo de raciocínio que ocorre de modo contrário. Parte-se de uma verdade estabelecida (gerar) para provar a validade de um fato particular. Caminha da causa para o efeito. Neste tipo de raciocínio, a premissa maior é uma verdade absoluta, comprovada e que contempla toda a proposição contida na premissa menor.

Como já foi afirmado nesta pesquisa, o que não se conhece, não se preserva. Logo, essa falta de informação, entre outras razões, gera o abandono dos patrimônios históricos edificados.

5 RESULTADOS

Neste capítulo consta descrição dos dados obtidos, analisados de forma qualitativa, através de imagens obtidas em visitas *in loco*. averiguaram-se 90 monumentos históricos, os quais 38 estão preservados e 52 encontram-se deteriorados, com pichações, pintura desgastada, pedaços quebrados e/ou destruídos.

A partir da coleta de dados documentais e bibliográficos verificou-se o contexto histórico da Avenida Joaquim Nabuco e sua relevância para a história da cidade de Manaus.

5.1 HISTORICIDADE DA AVENIDA JOAQUIM NABUCO

Para contar a história desta avenida a principal fonte utilizada foi a Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional, com os periódicos reunidos de Manaus, Castro que aborda a história do Palacete Nery. Por isso, a autora utilizou deste método para entender e abordar o contexto histórico da referida avenida.

Joaquim Nabuco foi um importante diplomata brasileiro, pernambucano, defendeu o Brasil no estabelecimento de limites com a Inglaterra e um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras, sendo homenageado no topônimo.

Segundo Monteiro (1998, p.614), a Avenida Joaquim Nabuco tem o seu primeiro registro como Estrada de Sete de Dezembro (Figura 33) nos livros e periódicos, depois Rua Sete e enfim o nome atual, integrando o Bairro dos Remédios. Não se sabe ao certo a data da mudança, observou-se apenas que a partir de 1900 o nome “Rua Sete de Dezembro” deixou de aparecer nos periódicos e passou a surgir “Avenida Silvério Nery”.

Figura 33 - Rua Sete de Dezembro. Nota-se o tracejado onde futuramente seria construído o Palacete Nery, e o cruzamento com a Rua dos Remédios, possivelmente de 1892.



Fonte: https://issuu.com/bibliovirtualsec/docs/palacete_nery_-_hist_ria_e_arquitetura.
Acessado em 11 de dezembro de 2021.

Notou-se que esse nome prosseguiu até 1910, quando foi anunciado o falecimento de Joaquim Nabuco. A partir de então surge o nome atual. Contudo não foi identificado nenhum anúncio de tal mudança.

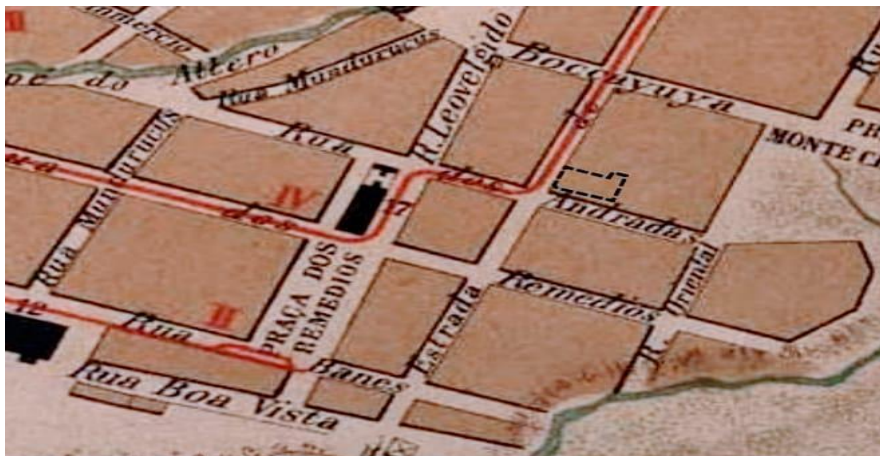
No final do século XIX por tratar-se de uma estrada, havia muita vegetação e pouca estrutura para moradias e comércio. Neste período, Eduardo Ribeiro estava colocando em prática seu projeto de modernização da cidade, de acordo com os padrões da *belle époque* de acordo com Dias (2007, p.45):

A preocupação com a higiene e o embelezamento da capital passa pela necessidade da construção de avenidas como a Eduardo Ribeiro, Joaquim Nabuco, que além de contribuírem para mudar o aspecto físico da cidade, ajudariam a fazer 'desaparecer das vistas públicas os focos de emanações palustres constituídos pelos igarapés'. (DIAS, 2007, p.45).

Neste mesmo período, iniciou-se a construção do Palacete Nery, que foi um motivo decisivo para o desenvolvimento da infraestrutura do referido logradouro. Castro (2021, p.10-17), ilustra o surgimento da referida avenida, além dos nomes Estrada de Nazareth (Figura 34) e Avenida Silvério Nery (Figura 35); vale ressaltar que a nomenclatura Sete de Dezembro era até a altura da atual Avenida Sete de Setembro, antiga Rua Brasileira. Desse ponto em diante,

denominava-se Rua Corrêa de Miranda, antes de ser de fato Avenida Joaquim Nabuco (Figura 36). A rua terminava na altura da atual Avenida Ramos Ferreira.

Figura 34 - Em tracejado a futura localização do Palacete Nery. Nota-se a linha do bonde (vermelha), e a mudança de Rua Sete de Dezembro para Estrada de Nazareth. Possivelmente entre 1892-1896.



Fonte: https://issuu.com/bibliovirtualsec/docs/palacete_nery_-_hist_ria_e_arquitetura.

Acessado em 11 de dezembro de 2021.

Figura 35 - Em tracejado a localização do Palacete Nery já edificado. Nota-se a linha do bonde (vermelha), e a mudança de Estrada de Nazareth para Avenida Silvério Nery. 1913-1914.

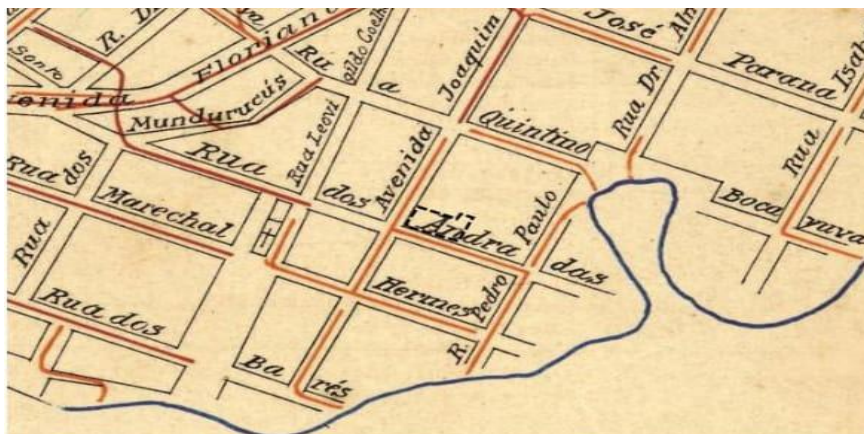


Fonte: https://issuu.com/bibliovirtualsec/docs/palacete_nery_-_hist_ria_e_arquitetura.

Acessado em 11 de dezembro de 2021

Figura 36 - Planta da rede de esgotos e águas pluviais, 1915. Em tracejado a localização do Palacete Nery. Notam-se as tubulações de alvenaria (linha

vermelha) e de grés (linha laranja). Finalmente aparece o nome atual: Avenida Joaquim Nabuco.



Fonte: https://issuu.com/bibliovirtualsec/docs/palacete_nery_-_hist_ria_e_arquitetura.

Acessado em 11 de dezembro de 2021.

Observa-se a intensão tida para o melhoramento deste logradouro, não por acaso, mas por quem residiria neste espaço. Ora, um governador, um seringalista, um rico comerciante não poderia morar em uma singela estrada. Ele precisava de um lugar à sua altura

“(…) surge a Avenida Joaquim Nabuco (Figura 37), local preferido pelos extrativistas como área residencial. Residências suntuosas até hoje testemunham a riqueza e o fausto de poucos.” (DIAS, 2007, p.56).

Figura 37 - Av. Joaquim Nabuco, trecho recalçado sobre leito de areia. Década de 1910.



Fonte: <https://idd.org.br/iconografia/trecho-da-avenida-joaquim-nabuco-em-1910/>

Acessado em 29 de dezembro de 2021.

“(...) imperioso e necessário, é o calçamento da Avenida Joaquim Nabuco, incontestavelmente a nossa mais formosa rua” (A EPOCHA, 1917, p.1).

Silvério Nery foi governador do Estado do Amazonas (1900-1904), sendo responsável pelo “porto flutuante de Manaus, a lei de beneficiamento da borracha; e, em termos nacionais, o apoio à questão do Acre e sua integração ao território brasileiro.” (CASTRO, 2021, p.21).

Segundo Castro (2021, p.23) o arquiteto responsável pelo projeto do palacete (Figura 38) foi Filinto Santoro.

O imóvel assenta sobre porão alto e possui dois pavimentos, porém o segundo nível é de seção menor que o inferior, e, portanto, recuado, apenas ocorrendo na parte posterior da edificação; na fachada voltada para o afastamento lateral há um alpendre. Tais características, incluindo os ornamentos procedentes de alguns estilos arquitetônicos, fazem do Palacete Nery um representante típico do modelo adotado a partir da metade do século XIX quando, segundo Reis Filho (1997), transformações socioeconômicas e tecnológicas, a exemplo da decadência do trabalho escravo, início da imigração europeia desenvolvimento do trabalho remunerado, modernização dos transportes, mecanização da produção de materiais de construção, dentre outros fatores, implicaram no desprestígio dos antigos hábitos de construir e habitar. (CASTRO, 2021, p.25-26).

Figura 38 - Foto mais antiga encontrada da Avenida Joaquim Nabuco. Na época Estrada Sete de Dezembro. 1901-1902.



Fonte: http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo_sophia=34547

Acessado em 11 de dezembro de 2021.

“O porão possui um barramento na sua parte inferior, de aparência lisa, acima do que é percebido o revestimento em falsa bossagem, interrompida; na

fachada da esquina, a falsa bossagem é contínua; na fachada onde se instala o alpendre, o reboco é liso”. (CASTRO, 2021, p.26).

“No caso do Palacete Nery, optou-se pela predominância do Neoclássico, manifestado através de frontões triangulares (Figura 39) (...)” (CASTRO, 2021, p.34).

Figura 39 - Palacete Nery em meados de 1901-1902.



Fonte: http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo_sophia=34547

Acessado em 11 de dezembro de 2021.

Porém não apenas o neoclássico está presente na arquitetura do Palacete (Figuras 40, 41, 42, 43 e 44), como afirma Castro (2021, p.74):

A verificação das áreas lateral e posterior do imóvel, bem como a melhor visualização das fachadas, permitiram apreciar como o ecletismo ali expressou-se em várias manifestações: predominou o estilo neoclássico, embora o neogótico também tenha marcado presença nas esquadrias ogivais na fachada posterior do prédio principal; houve ornamentação diferenciada para as fachadas correspondentes a cada pavimento da edificação; (...). Não obstante a diversidade descrita, o efeito geral é de um todo harmônico, equilibrado e elegante.(CASTRO, 2021, p.74).

Figura 40 - Palacete Nery atualmente.



Fonte: COSTA, 2021.

Figura 41 - Detalhe do brasão com as iniciais SJN – Silvério José Nery.



Fonte: COSTA, 2021.

Figura 42 - Vista diagonal do Palacete Nery.



Fonte: COSTA, 2021.

Figura 43 - Detalhe do ano de 1899.



Fonte: COSTA, 2021.

Figura 44 - Vista lateral na Rua dos Andradas.



Fonte: COSTA, 2021.

Segundo Castro (2021, p.47- 49) entre as décadas de 1940 e 1970 conforme anúncios publicados no Jornal do Comércio (1945-1974), o Palacete Nery abrigou repartições públicas: Fomento Agrícola Federal, Secretaria da Associação dos Agrônomos e Veterinários do Amazonas – sendo sede provisória; Serviço Social Local de Proteção Agropecuária, Serviço Local de Proteção Agropecuária, Serviço Federal de Agência do Departamento de Promoção Agropecuária, Instituto de Pesquisas e Experimentação Agropecuárias da Amazônia Ocidental, Diretoria Estadual do Ministério da Agricultura, Divisão de Controle Urbanístico da Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação Geral da Prefeitura Municipal de Manaus. Entre 1982 e 1983 recebeu a Câmara Municipal de Vereadores; por fim, em meados de 1990 abrigou o Hotel Bela-Vista.

De acordo com Castro (2021, p.50) em meados de 2008 o imóvel recebeu uso como restaurante, já se encontrava em estado decadente com pichações e pintura desgastada. Em meados de 2009, verificou-se o uso da área externa para estacionamento.

Após anos de abandono, ocioso e degradando-se progressivamente, tendo sido apenas utilizada sua área externa como estacionamento rotativo, o imóvel foi adquirido em 2011, pela Sra. Alda Edna Lima Ferraz, que manteve tal uso, inclusive após a grande reforma iniciada em 2012. (CASTRO, 2021, p.52).

Tal reforma chegou a ser embargada pelo Implurb já que estavam removendo detalhes que não haviam sido autorizados. Dez anos depois, o estado atual encontra-se:

Em nova visita, franqueada pela atual proprietária, Sra. Alda Edna Lima Ferraz, retornou-se ao imóvel em 23 de janeiro de 2021 para conhecer a reforma realizada. Na ocasião, confirmou-se estar ocorrendo, apenas, a utilização da área externa como estacionamento rotativo, permanecendo o prédio desocupado. (CASTRO, 2021. p.110).

Quanto ao tombamento:

Atualmente o Palacete Nery continua protegido, apenas, pela instância municipal: consiste em unidade de interesse de preservação de 1º grau, segundo o Decreto Nº 7176 de 10 de fevereiro de 2004 (MANAUS, 2004, p.4) e, por conseguinte, permanecem resguardadas,

apenas, as características externas (muros, fachadas, cobertura e taxa de ocupação do terreno); situa-se, também ainda, no sítio histórico e pertence ao centro antigo tombado de Manaus, segundo a Lei Orgânica do Município de Manaus (MANAUS, 1990, p.21;28 *apud* CASTRO, 2021, p.157).

Mesmo tendo perdido características originais no seu interior, a arquitetura exterior do Palacete por si só, já é motivo para ter-se um olhar mais atento à sua história:

Certamente o Palacete Nery, apesar da perda de seus interiores, ainda reúne atributos suficientes para ser laureado como tombamento individual, quiçá pela instância federal – minimamente estadual, afinal, como visto, sua arquitetura é representativa das transformações sociais e tecnológicas da transição entre os séculos XIX e XX ocorridas no início do período republicano e durante a fase áurea de um dos ciclos econômicos nacionais de maior relevância – o ciclo da borracha – além de ter pertencido a um personagem político de importância local e para o país. (CASTRO, 2021, p.160).

Seguindo na referida avenida há a Escola Estadual Nilo Peçanha. Derivado do Grupo Escolar Silvério Nery (Collegio Rayol), inaugurado em 1899, atendia apenas estudantes meninas, e estava localizado em frente à Praça dos Remédios.

Até então no palacete funcionava a primeira Faculdade de Direito do país da Escola Universitária Livre de Manaós (FD/UA) (Figura 45):

Figura 45 - Faculdade de Direito em meados de 1900.



Fonte: <https://idd.org.br/iconografia/fachada-do-predio-do-grupo-escolar-silverio-neri/#images-2>

Acesso: 11 de dezembro de 2021.

Este monumento foi palco de um fato marcante para a educação no Amazonas:

Em comemoração ao Primeiro Centenário da Adesão do Amazonas à Independência do Brasil, realizou-se, entre 9 e 13 de novembro de 1923, na sede da Universidade de Manaus – que, àquela época, funcionava na avenida Joaquim Nabuco – a 1ª Conferência de Ensino do Amazonas. Várias delegações de professores, do ensino primário ao superior, fizeram parte dessa convenção. A Conferência culminou com a fundação da Associação Amazonense dos Professores, cujo presidente era Vicente Telles de Souza Júnior. (DUARTE, 2009, p.159).

Em 1934, um acordo estabelecido entre a universidade e o governo estadual autorizava o Grupo Escolar Silvério Nery a ocupar o prédio, pois o atual da época estava pequeno para a quantidade de alunos. Em contrapartida, os universitários seriam realocados em outro prédio, continuando seus estudos normalmente.

Observam-se as (Figuras 46, 47 e 48) como afirma Duarte (2009, p.170):

O palacete, em estilo Art Nouveau, foi construído para comportar até 150 alunos, dividido em duas alas, cada uma com três salas. O então Grupo Escolar recebeu a denominação Nilo Peçanha em 1931. Homenagem ao ex-presidente da República, Nilo Procópio Peçanha, presidente do Brasil de 1909 a 1910.

Figura 46 - Escola Estadual Nilo Peçanha atualmente. Nota-se a mudança com o nome da escola na parte frontal do prédio.



Fonte: COSTA, 2021.

Figura 47 - Vista lateral da Escola Estadual Nilo Peçanha.



Fonte: COSTA, 2021.

Figura 48 - Detalhe do nome da escola na parte frontal do prédio.



Fonte: COSTA, 2021.

Quanto ao tombamento:

Em 1960, o prédio sofreu modificações e construíram-se mais oito salas de aula. Duas décadas depois, por meio do Decreto 11.185, de 14 de junho de 1988, recebeu tombamento do então Conselho Estadual de Defesa do Patrimônio Histórico e Artístico do Amazonas – CEDPHA. Possui, atualmente, treze salas e oferece os ensinamentos Fundamental e Médio. (DUARTE, 2009, p.170)

Também classifica-se como unidade de interesse de preservação de 1º grau segundo o Decreto No. 7176 de 10 de fevereiro de 2004, publicado no Diário Oficial do Município de Manaus No. 938, de 11/02/2004, Caderno I - Poder Executivo.

Infelizmente o monumento encontra-se com a pintura desgastada, a placa da escola em estado lamentável e com algumas pichações (Figura 49):

Figura 49 - Detalhe da placa da escola com informações apagadas e parte da pintura do muro desgastada.



Fonte: COSTA, 2021.

Além do Palacete Nery, o Residencial Sulista (Figura 50 e 51), o Instituto Social Pai Resgatando Vidas (Figura 52), os monumentos históricos nº 745 (Figura 53 e 54) e nº 765 (Figura 55 e 56) também são Unidades de Interesse de Preservação de 1º grau segundo o Decreto No. 7176 de 10 de fevereiro de 2004, publicado no Diário Oficial do Município de Manaus No. 938, de 11/02/2004, Caderno I - Poder Executivo, como será abordado posteriormente.

Pouca ou nenhuma informação foi encontrada sobre esses monumentos, e por isso, a presente pesquisa não houve aprofundamento nas suas respectivas histórias.

A seguir, o registro iconográfico:

Figuras 50 e 51 - Residencial Sulista.



Fonte: COSTA, 2021.

Figura 52 – Instituto Social Pai Resgatando Vidas.



Fonte: COSTA, 2021.

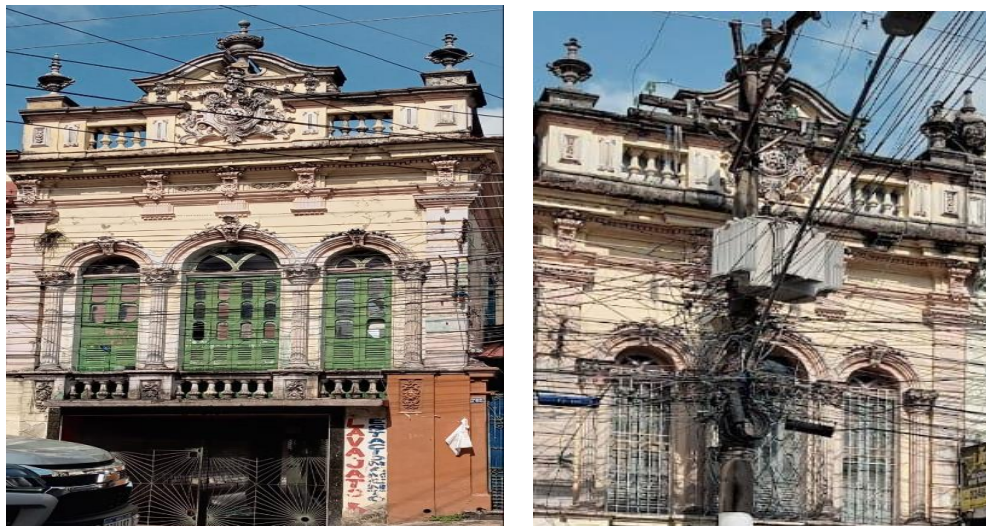
Figuras 53 e 54 – Monumento histórico nº 745. Encontra-se com a pintura desgastada.



Fonte: COSTA, 2021.

Além desses problemas ainda há os fios elétricos que ficam na frente dos monumentos, atrapalhando a visualização destes (Figuras 55 e 56).

Figuras 55 e 56 – Monumento histórico nº 765, escondido por fios elétricos.



Fonte: COSTA, 2021.

Outro monumento classificado como unidade de interesse de preservação de 1º grau segundo o Decreto No. 7176 de 10 de fevereiro de 2004, publicado no Diário Oficial do Município de Manaus No. 938, de 11/02/2004, Caderno I - Poder Executivo, a Cáritas Arquidiocesana de Manaus. A visita do Papa João Paulo II a Manaus, em 1980, é um fato importante da sua história, quando este ficou hospedado na sede do arcebispado (Figura 57) localizada na Avenida Joaquim Nabuco, nº 1023.

Figura 57 - Sede da Cáritas Arquidiocesana de Manaus.



Fonte: COSTA, 2021.

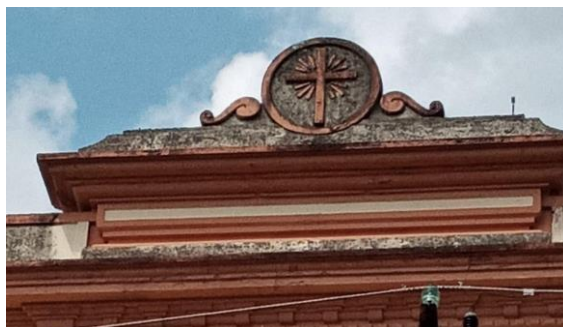
Alguns detalhes do prédio que passam despercebidos; destaque para o busto não identificado (Figuras 58 e 59).

Figura 58 - Busto “escondido” por fios.



Fonte: COSTA, 2021.

Figura 59 - Detalhe da Cruz.



Fonte: COSTA, 2021

Esse fato é exemplo de importância histórica para a cidade de Manaus, entre tantos outros que provavelmente estão guardados na memória de seus habitantes. O busto na fachada da sede da Cáritas demonstra como os detalhes arquitetônicos podem ser escondidos por fios elétricos, o que neste caso não apagou sua beleza, mas em exemplos mostrados anteriormente, são decisivos nesta questão.

O próximo monumento considerado como unidade de interesse de preservação de 1º grau pelo Decreto No. 7176 de 10 de fevereiro de 2004, publicado no Diário Oficial do Município de Manaus No. 938, de 11/02/2004, Caderno I - Poder Executivo.

Segundo Duarte (2009):

Primeira escola católica de Manaus dirigida por uma congregação religiosa, o Colégio Santa Dorotéia foi idealizado por Dom José Lourenço da Costa Aguiar, primeiro bispo do Amazonas, que solicitou à Congregação das Irmãs de Santa Dorotéia a instalação, em nossa Capital, de uma escola que seria regida por elas. (DUARTE, 2009, p.182).

Juntamente com outras instituições de ensino particulares – Colégio Dom Bosco e Santa Terezinha -, o Colégio Santa Dorotéia (Figura 60) possui relevância histórica para a cidade de Manaus, logo, para a Avenida Joaquim Nabuco.

Figura 60 - Colégio Santa Dorotéia.



Fonte: COSTA, 2021.

Primeiramente o Seminário de São José ocupava o prédio e somente “Em 1914, o prédio foi doado definitivamente às irmãs pelo arcebispo do Pará, Dom Santino Coutinho.” (DUARTE, 2009, p.182). Quanto à construção:

Nesse mesmo ano, foi construído o edifício principal e, depois, erguida a capela em honra à Santa Paula Frassinetti. O internato iniciou em 1921 e, em dezembro do ano seguinte, essa escola formou sua primeira turma de alunas.

A partir da década de 30, o Colégio Santa Dorotéia passou a oferecer cursos voltados para a área comercial: o de Auxiliar de Comércio e o de Guarda-Livros – este último que, em 1943, foi transformado no

curso de Contabilidade e extinto seis anos depois. Em 1935, ano de comemoração das Bodas de Prata do Colégio, ele foi equiparado à então Escola Normal, atual IEA. (DUARTE, 2009, p.182)

Percebe-se o destaque da instituição nas suas atividades educacionais sendo comparada ao IEA.

Após o Colégio Santa Dorotéia, aborda-se outra unidade de ensino: o Grupo Escolar Barão do Rio Branco (Figura 61):

Figura 61 - Escola Estadual Barão do Rio Branco.



Fonte: COSTA, 2021.

Segundo Duarte (2009, p.173), o prédio funcionava como a Vila Milagres de Santo Antônio (Figuras 62 e 63), abrigou o Consulado de Portugal e morou o comerciante Tancredo Porto.

Figura 62 - Vila dos Milagres de Santo Antônio no início do século XX.



Fonte: <https://idd.org.br/iconografia/fachada-da-escola-estadual-barao-do-rio-branco/#images>

Acesso: 11 de dezembro de 2021.

Figura 63 - Detalhe do antigo nome “Milagres de Santo Antônio”.



Fonte: COSTA, 2021.

Comparando as figuras 18 e 19 percebe-se que houve mudança na parte superior frontal do prédio onde atualmente há o nome da escola (Figura 64). Também havia maior quantidade de vegetação, contraindo a sensação de chácara em pleno centro urbano.

Figura 64 - Detalhe do nome da escola.



Fonte: COSTA, 2021.

Segundo Duarte (2009, p.173) o governo adquiriu o prédio em 9 de janeiro de 1943. No entanto a escola existia desde 1905, e tinha o nome de Escolas Complementar Masculina e Feminina. Tornou-se a Escola Complementar Mista e funcionava na Rua Leovegildo Coelho:

O Decreto Estadual 1.040, de 16 de dezembro de 1913, incorporou a Escola Complementar Mista à Escola Normal, sendo que a primeira passou a funcionar nas dependências da segunda com a denominação Curso Anexo e sob a responsabilidade dos normalistas. Esse Curso foi transformado em grupo escolar em 1918 e, no ano seguinte, por meio da Portaria 6, de 24 de janeiro, recebeu a denominação Barão do Rio Branco. Em 1935, o Barão do Rio Branco acompanhou a Escola Normal quando essa foi transferida para o Quartel da Polícia Militar do Estado, na então praça João Pessoa.(DUARTE, 2009, p.173).

“Como essa instituição de ensino não possuía uma lei específica de criação, em 1983, Paulo Nery, em um de seus últimos atos como governador, estabeleceu 1905 como ano de origem da Escola Estadual Barão do Rio Branco”. (DUARTE, 2009, p.173)

O Conselho Estadual de Defesa do Patrimônio Histórico e Artístico do Amazonas - CEDPHA tombou o Grupo Escolar Barão do Rio Branco como Monumento Histórico do Estado pelo Decreto Nº 11.193 de 14/06/1988.

É considerada unidade de preservação de 1º grau segundo o Decreto No. 7176 de 10 de fevereiro de 2004, publicado no Diário Oficial do Município de Manaus No. 938, de 11/02/2004, Caderno I - Poder Executivo.

Neste ponto aborda-se o Hospital Beneficente Português (Figura 65). A principal referência utilizada para contar a história deste patrimônio foi Baze redator do Blog Manaus, Ontem, Hoje, Sempre (2014).

Figura 65 - Hospital Beneficente Português.



Fonte: http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo_sophia=34547

Acesso: 11 de dezembro de 2021.

De acordo com Baze (2014) os portugueses destacaram-se no comércio de Manaus, especialmente no Ciclo da Borracha. Em 1873, um grupo de setenta desses tiveram a iniciativa de inaugurar um hospital de alto padrão nesta região para atender necessidades mais urgentes.

José Miranda Leão, presidente da Câmara Municipal assinou o primeiro documento que concedia o uso do Largo da Uruguaiana, onde atualmente encontram-se o Colégio Dom Bosco, a Igreja Salesiana e uma parte do Colégio Militar. Domingos Peixoto era o presidente da província do Amazonas e solicitou junto a Dom Pedro II a terra, a propriedade para a construção de tal monumento. O presidente do hospital na inauguração era o Doutor Teixeira de Souza.

Buscando o crescimento, os portugueses aproveitaram a desapropriação desse terreno pelo governo que estava ofertando qualquer outro na cidade. Sendo assim, optaram pelo terreno na Rua Corrêa de Miranda, atual Joaquim Nabuco.

Por se tratar de instituição filantrópica, a Sociedade Beneficente Portuguesa necessitando de fundos para a construção realizava “(...) quermesses, arraíás, teatros, festivais, subscrições e arrendamento do pavilhão, este que seria usado também como enfermaria”. (BAZE, 2014).

O Hospital Beneficente Português, ou como é popularmente conhecido Portuguesa, ou ainda Sociedade Portuguesa Beneficente (Figura 66) é protegido pela Loman (1990) e Iphan por conta do tombamento do Centro Histórico de Manaus.

Figura 66 - Detalhe do nome “Sociedade Portuguesa Beneficente”.

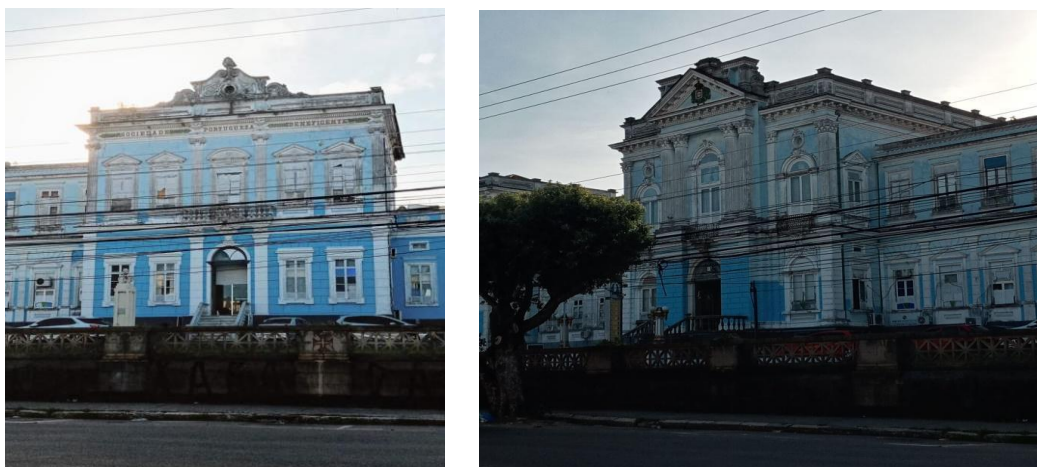


Fonte: COSTA, 2021.

Assim como os dois monumentos anteriores, também é considerada unidade de interesse de preservação de 1º grau segundo o Decreto No. 7176 de 10 de fevereiro de 2004, publicado no Diário Oficial do Município de Manaus No. 938, de 11/02/2004, Caderno I - Poder Executivo.

Depois de lançar a pedra fundamental, levou em média sessenta anos para ter as características atuais. Os estilos neoclássico e eclético são predominantes neste monumento (Figuras 67 e 68):

Figura 67 e 68 – Fachada do Hospital Beneficente Portuguesa atualmente.



Fonte: COSTA, 2021.

Atualmente o Hospital Beneficente Portuguesa continua sendo referência na Região Norte na área de cardiologia. O atendimento é 24hrs e possui moderna infraestrutura hospitalar.

O último prédio tombado abriga o Tribunal de Contas da União (Figura 69). Segundo o Iphan (2021):

Trata-se de edificação eclética, tipo chácara, contendo porão alto e um pavimento, acessado por escadaria frontal de três lances. Possui varandas nas laterais e alpendre na parte frontal. Seu terreno localiza-se em situação de esquina, com imóvel centralizado no lote. Na parte posterior do terreno há um anexo, de tipologia contemporânea, apresentando dois pavimentos, revestido de material cerâmico e interligado ao prédio principal por um passadiço.

Pertence à poligonal de tombamento do centro histórico de Manaus, definida pelo IPHAN, conforme notificação publicada no DOU No. 222, seção 03, de 22/11/2010 e homologada através da Portaria MTUR No. 25, de 20/07/2021, publicada no DOU No. 141, seção 01, de 28/07/2021.

Figura 69 - Tribunal de Contas da União



Fonte: COSTA, 2021.

Nota-se que há também emaranhado de fios elétricos na frente do monumento. Por fim, o Iphan (2021):

Acrescentamos que a referida edificação também possui proteção municipal e estadual: foi tombada pelo Governo do Estado do Amazonas, segundo o Decreto No. 11196, de 14 de junho de 1988, publicado no Diário Oficial do Estado do Amazonas No. 26502, de 16/06/1988, Seção Atos do Poder Executivo Estadual, quando abrigava o Centro de Convivência do Idoso - LBA; localiza-se no centro antigo tombado de Manaus, conforme Lei Orgânica do Município de Manaus, publicada no Diário Oficial No. 26944, de 05/04/1990; considerada unidade de interesse de preservação de 1º grau, segundo o Decreto No. 7176 de 10 de fevereiro de 2004, publicado no Diário Oficial do Município de Manaus No. 938, de 11/02/2004, Caderno I - Poder Executivo.

Por fim, o prédio onde atualmente funciona um hospital particular (antiga Vila Fanny) encaixam-se na classificação de unidade de interesse de preservação de 1º grau, segundo o Decreto No. 7176 de 10 de fevereiro de 2004, publicado no Diário Oficial do Município de Manaus No. 938, de 11/02/2004, Caderno I - Poder Executivo, entre outros que serão apresentados no subcapítulo Catalogação dos bens de Relevância Histórica a nível municipal, estadual e federal da Avenida Joaquim Nabuco.

Figura 70 - Hospital particular (antiga Villa Fanny).



Fonte: COSTA, 2021.

A partir da análise dos periódicos, sendo os mais recorrentes o Jornal do Commercio e A Capital, constatou-se também a ocorrência de bailes oferecidos pelo Cônsul de Portugal no Palacete Fanny (atualmente hospital particular), pelo próprio Governador Silvério Nery, reuniões da classe estudantil, especialmente concursos escolares, e inaugurações de diversos estabelecimentos comerciais. Dentre esses, escritórios de advocacia, consultórios médicos, padarias, lojas de variedades, e os cinemas de rua.

A partir das visitas in loco verificou-se a situação dos monumentos históricos e a viabilização do roteiro turístico neste espaço.

Com os documentos fornecidos pelo Iphan e demais instituições foi possível averiguar os diferentes níveis de tombamento os quais a referida avenida está inserida assim como seus monumentos históricos.

5.2 CATALOGAÇÃO DOS BENS DE RELEVÂNCIA HISTÓRICA A NIVEL MUNICIPAL, ESTADUAL E FEDERAL DA AVENIDA JOAQUIM NABUCO

O Grupo Escolar Barão do Rio Branco foi tombado pelo Decreto nº 11.193, de 14.06.1988 e o Grupo Escolar Nilo Peçanha foi tombado pelo Decreto nº 11.185, de 14.06.1988, ambos como Monumento Histórico do Estado.

O Hospital Beneficente Portuguesa ocupa área de tombamento, por conta do tombamento do Centro Histórico pelo IPHAN, protegido pela Loman (1990).

De acordo com Castro (2021, p. 158) o Palacete Nery é uma unidade de interesse de preservação de 1º grau pela Prefeitura Municipal de Manaus. Como citado anteriormente, há outros monumentos nessa classificação. A seguir, a listagem completa:

Tabela 1 – Listagem das unidades de preservação de 1º grau.

1.	Escola “Nilo Peçanha”	Av. Joaquim Nabuco nº 336.
2.	Prédio – Serviços (Pensão Sulista)	Av. Joaquim Nabuco nº 347.
3.	Prédio Residencial	Av. Joaquim Nabuco nº 409.
4.	Prédio Desocupado	Av. Joaquim Nabuco nº 472/480 (unificada)
5.	Prédio Residencial	Av. Joaquim Nabuco nº 564.
6.	Bufolete	Av. Joaquim Nabuco nº 628.
7.	Sociedade Beneficente Popular do Amazonas	Av. Joaquim Nabuco nº 745.
8.	Conj. de Prédios – Residencial Comercial	Av. Joaquim Nabuco nº 765.
9.	Conj. de Prédios – Residencial/Comercial	Av. Joaquim Nabuco nº 773.
10.	Prédio Residencial	Av. Joaquim Nabuco nº 846.
11.	Prédio Institucional	Av. Joaquim Nabuco nº 878.
12.	Prédio Institucional	Av. Joaquim Nabuco nº 919.
13.	Prédio Residencial	Av. Joaquim Nabuco nº 989.
14.	C. de Estudos do Comportamento Humano	Av. Joaquim Nabuco nº 1023.
15.	Conservatório de Música	Av. Joaquim Nabuco nº 1049.
16.	Colégio Santa Dorotéia	Av. Joaquim Nabuco nº 1097.

17.	Escola de 1º Grau Barão do Rio Branco	Av. Joaquim Nabuco nº 1152.
18.	Tribunal de Contas	Av. Joaquim Nabuco nº 1193.
19.	Sociedade Beneficente Portuguesa	Av. Joaquim Nabuco nº 1359.
20.	Prédio Institucional – (Samel)	Av. Joaquim Nabuco nº 1755.
21.	Anexo Pronto Socorro – Antiga Vila Nair	Av. Joaquim Nabuco nº 1771.
22.	Prédio Institucional – (Pronto Socorro)	Av. Joaquim Nabuco nº 1779.
23.	Prédio Comercial	Av. Joaquim Nabuco nº 2092.
24.	Prédio Comercial	Av. Joaquim Nabuco nº 2098.

Fonte: MANAUS, 2004. Editado por COSTA, 2021.

Infelizmente, muitos não foram identificados pela autora do presente trabalho já que com o passar dos anos, houveram mudanças na numeração dos monumentos e apenas os que estão presentes na iconografia desta pesquisa foram encontrados.

Os dados fornecidos pelo Iphan são de esfera federal e por isto a presente classificação de unidades de interesse de preservação de 1º grau foi desenvolvida posteriormente, quando verificou-se que o município também possui suas classificações de preservação e tombamento.

O Iphan também possui classificações quanto às referências culturais do Centro Histórico. Na tabela a seguir, a Avenida Joaquim Nabuco nessas classificações:

Tabela 2 – Referências culturais identificadas.

Quant.	Nome	Registros	Qualidades	Nº Qual.
1.	Avenida Joaquim Nabuco	1	Beleza Paisagística; Lugar de Memória.	2

Fonte: Iphan, 2020. Editado por COSTA, 2021.

As qualidades são definidas como:

1. Beleza Paisagística: A beleza paisagística se apoia em aspectos subjetivos dos detentores: o “gosto”, a concepção pessoal daquilo que é considerado belo e resulta da apropriação e percepção individuais e

coletivas da paisagem. Atributos que levaram à elaboração da qualidade: paisagem bonita, paisagismo, paisagem, paisagem natural, estética, arte pública, apreciação e proximidade com o Rio e com a natureza, dentre outros. (...)

5. Lugar de Memória: Referências culturais tomadas em conjunto ou isoladamente que são portadoras de narrativas de memórias hegemônicas ou dissidentes que fazem referência à identidade nacional e local mediante diferentes formas de apropriação. Atributos que levaram à elaboração da qualidade: espaço/lugar de memórias afetivas, história e memória da cidade, história e memória de povos nativos e de comunidades afrodescendentes, popularidade, reconhecimento local, lugar de encontros, resistência popular, manifestações políticas, dentre outros.

6. Monumentalidade: Define o protagonismo que um determinado bem cultural exerce na paisagem cultural, sendo referido por sua apreciação estética, pelo destaque na organização e distribuição ordenada dos elementos urbanos, pela referência a memória e identidade configurando-se um marco histórico e espacial. Atributos que levaram à elaboração da qualidade: marco visual da cidade, destaque na paisagem, marco histórico, dentre outros. (IPHAN, 2020, p.67-68).

O Palacete Nery e o Hospital Beneficente Portuguesa são classificados como Monumentalidade.

5.3 DESENVOLVIMENTO DO ROTEIRO TURÍSTICO DA AVENIDA JOAQUIM NABUCO ATRAVÉS DE LENTES HISTÓRICAS

A partir da história da Avenida Joaquim Nabuco a presente pesquisa busca oferecer aos manauaras e ao sistema de turismo um roteiro turístico contando a transformação social e espacial da mesma, para turistas e residentes.

De acordo com Boullón (2002 *apud* Guimarães, 2012) os roteiros possuem a função, nos centros turísticos, de estruturar o conjunto. Os roteiros com valor próprio podem alcançar as seguintes qualidades:

1. Deles podem ser vistas paisagens urbanas (pontos focais) interessantes;
2. Contém elementos formais ou tipos de vida de interesse turístico que percebem ao percorrê-los. Esse tipo acaba possuindo maior interesse turístico por seu valor estético, baseado na qualidade dos edifícios, dos calçamentos, das sinuosidades do traçado, etc.

Sendo assim, a Avenida Joaquim Nabuco classifica-se no roteiro 2 por ter monumentos antigos e pela sua história intimamente ligada com o crescimento de Manaus.

Segundo Bahl (2005):

Os roteiros nacionais locais, baseando-se na divisão administrativa dos países e no caso do Brasil em municípios, estados e regiões, são os que utilizam os recursos intrínsecos de cada localidade: estrutura urbana, acesso, circulação, serviços e os elementos de interesse turístico (monumentos, igrejas, museus etc.), localizados na área de um município. Quando o rol de atrativos está confinado ao núcleo urbano, os roteiros, podem denominar-se de centrais (urbanos) ou de periféricos, no caso dos elementos atrativos estarem localizados ao redor do núcleo urbano, mas circunscritos à área de um município. (BAHL, 2005, p.4)

Quanto ao deslocamento, Boullón:

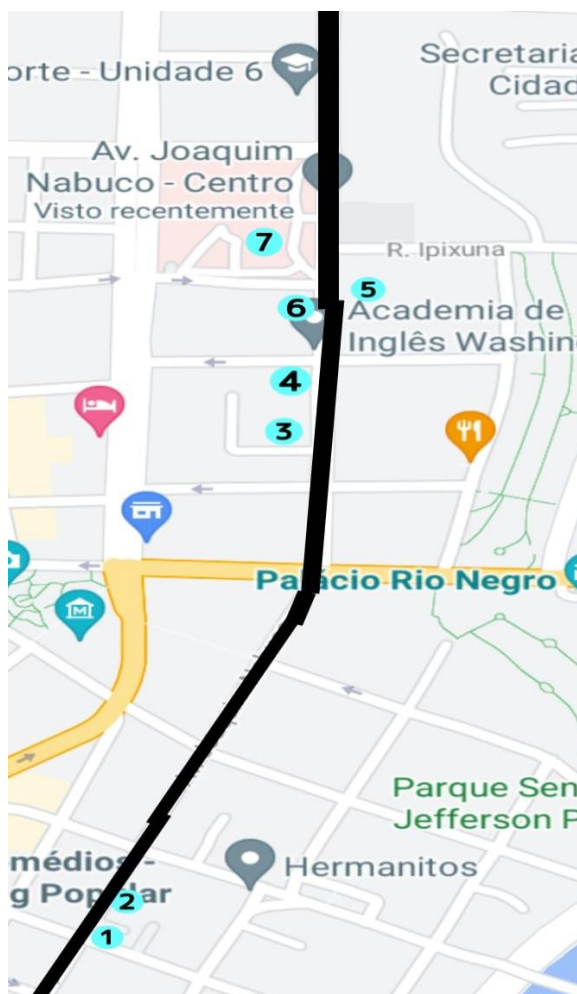
a) de traslado; b) de passeio em veículo e c) de passeio a pé. Os roteiros de traslado são aqueles que devem ser percorridos para vencer as distâncias mais longas, como as que separam os aeroportos, portos, terminais de ônibus e de trens, das zonas hoteleiras, e destas saídas que levam às rotas que chegam até os atrativos turísticos situados no raio de influência. Os roteiros de passeio em veículo são aqueles que devem ser selecionados para compor o percurso de city tours, e os roteiros para pedestres são os que conectam os atrativos turísticos próximos e definem os circuitos dentro dos bairros. (BOULLÓN, 2002, p.214).

Logo o roteiro desta pesquisa classifica-se como nacional local central de passeio a pé, sendo realizado em grupos guiados de no máximo 10 pessoas. Sugere-se 1 guia, e 1 comentarista de apoio, de preferência um arquiteto para esclarecer dúvidas relacionadas às estruturas quando necessário. Considerando a posição geográfica dos atrativos turísticos e a segurança da Avenida Joaquim Nabuco, propõe-se que o roteiro seja realizado no turno matutino das 09h00mim até 11h00 e no turno vespertino, das 14h00 até 16h00 de terça-feira a sexta-feira, e nos sábados somente pela manhã, visando sempre a segurança.

Recomenda-se o uso de protetor solar, máscara (até o presente momento a pandemia de covid-19), óculos de sol, roupas leves e discretas (sem uso de joias ou peças valiosas), e leve-se uma garrafa de água.

Pelo fato de nas visitas *in loco* ter-se percebido que para observar os monumentos foi preciso levantar o olhar da rua, do cotidiano para admirar a arquitetura histórica, que pode passar despercebida por quem está apenas transitando pelo espaço, por esses motivos, nomeou-se o presente roteiro “Olha pra cima NAbuco!” (Figura 71). Soa como um grito de atenção, de ordem, como denúncia ao descaso com a maioria desses bens imóveis. As letras iniciais em maiúsculo apenas aproveitam-se do nome do logradouro, como se dissesse “na Nabuco”.

Figuras 71 – Roteiro “Olha pra Cima, NAbuco!”. A avenida em preto. 1)Palacete Nery, 2) Escola Estadual Nilo Peçanha, 3) Sede da Cáritas, 4) Colégio Santa Dorotéia, 5) Escola Estadual Barão do Rio Branco, 6) Tribunal de Contas e 7) Hospital Beneficente Portuguesa. Atrativos em azul turquesa.



Fonte: Google, 2021. Editado pela autora em dezembro de 2021.

Quadro 3 - Ficha Técnica do roteiro “Olha pra Cima, NAbuco!”

Ficha Técnica do roteiro “Olha pra Cima, NAbuco!” 2021	
Item	Detalhamento
1. Objetivos:	Turismo Histórico – Cultural
2. Direcionamento (público – alvo)	Grupos de no máximo 10 pessoas. Adultos, jovens e crianças (a partir de 8 anos de idade). Algumas restrições aos portadores de necessidades especiais em função da falta de acessibilidade nas calçadas.
3. Título	Olha pra Cima, NAbuco!
4. Atrativos	1) Palacete Nery, 2) Escola Estadual Nilo Peçanha, 3) Sede da Cáritas, 4) Colégio Santa Dorotéia, 5) Escola Estadual Barão do Rio Branco, 6) Tribunal de Contas e 7) Hospital Beneficente Portuguesa. E os demais monumentos históricos para debate durante a visitação.
5. Dias e horários	De terça-feira a sexta-feira, das 09h00 às 11h00 e 14h00 às 16h00, e aos sábados somente pela manhã.
6. Taxas do roteiro	Valor simbólico de R\$15,00 ou à preferência do turista.
7. Itinerário	<p>Aproximadamente 2.200 metros de caminhada.</p> <p>Dividiu-se em conjuntos urbanos:</p> <p>A. Conjunto Arquitetônico Manaus Moderna e Palacete Nery A.....B= 220 metros.</p> <p>B. Conjunto Arquitetônico Cáritas e Santa Dorotéia B.....C= 600 metros.</p>

	<p>C. Conjunto Arquitetônico Barão do Rio Branco e Beneficente Portuguesa</p> <p>C.....D= 110 metros.</p> <p>D. Conjunto Arquitetônico até confluência com Rua Silva Ramos</p> <p>D.....E= 850 metros.</p> <p>Ressalta-se que o sentido a ser percorrido nesse roteiro turístico deve ser CENTRO-BAIRRO (Ponto A ao E), pois desta forma, será reproduzida a ambiência histórica e evolutiva da Avenida Joaquim Nabuco, das suas origens até o momento contemporâneo, passado e presente, antigo e moderno em uma perspectiva dialética.</p>
8. Número de paradas	3 paradas para ambiência da Avenida. Deve-se destinar um momento para o consumo de água e lanches. Em toda a extensão da avenida é possível adquirir esses produtos com preços acessíveis. Pode durar em média 20 minutos.
9. Transporte	É possível acessar a avenida por meio de carro particular, moto, bicicleta, ônibus. O ideal é que o roteiro ocorra a pé. Porém, se houver necessidade, pode-se averiguar a possibilidade de uso de ônibus, especialmente se o grupo for de idosos.
10. Guia	De preferência credenciado pelo Cadastur.
11. Duração	Aproximadamente 2 horas.
12. Horários	09h00 às 11h00 e 14h00 às 16h00

13. Local	Saída: Ponto A (Conjunto da Manaus Moderna) Chegada: Ponto E (Conjunto Final)
14. Roteiro	Mapa do Roteiro já apresentado anteriormente.
15. Preço	Taxas do roteiro já apresentadas anteriormente.
16. Avaliação	Ao final do roteiro.

Fonte: Inspirado em GUIMARÃES (2012, p.241)

No capítulo a seguir, Conclusão, aborda-se as impressões pessoais e profissionais da autora, como a presente pesquisa irá contribuir para a mesma como turismóloga, para a sociedade, o trade turístico, e para futuras pesquisas acadêmicas.

6 CONCLUSÃO

Neste capítulo busca-se apresentar as conclusões desta pesquisa de acordo com os resultados obtidos.

Verificou-se a falta de pesquisas sobre a Avenida Joaquim Nabuco. Por conter quantidade significativa de bens imóveis históricos e relevância no desenvolvimento da cidade de Manaus, houve interesse por parte da autora de pesquisar, aprofundar e contribuir cientificamente no âmbito acadêmico do curso de Turismo da UEA e a para a presente sociedade.

Foi utilizada como fonte de pesquisa a Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, pois os periódicos ilustram a sociedade do final do século XIX e início do XX de forma realista, ou seja, sente-se o cotidiano da época através do estudo deste acervo.

E têm-se o ponto negativo. Por melhor que seja a Hemeroteca, esta é uma das pouquíssimas fontes documentais de informações sobre a avenida. Quanto à segurança do logradouro, durante as visitas *in loco*, observou-se a presença de moradores de rua sob o efeito de entorpecentes, e apenas uma viatura de polícia passou neste intervalo de tempo.

Além disso, durante os registros fotográficos observou-se a desconfiança e temor de alguns frequentadores do logradouro, o que quase intimidou a presente autora, pois em um dos monumentos há um estacionamento e talvez, os mesmos podem não possuir autorização para utilizar o espaço. Mas também havia os residentes, que em parte mostram-se indiferentes ou desconfiados.

Sobre isso, Goodney (2002) afirma que “A comunidade local pode sentir-se invadida com a presença do visitante, mas essa comunidade oferece qualidades que formam a personalidade do lugar, é a detentora do patrimônio cultural do seu lugar” (GOODNEY, 2002).

Por ter muitos estabelecimentos comerciais e residenciais, alguns moradores pode se incomodar com a presença de turistas. Porém, acredita-se

que é justamente com a presença deles admirando o patrimônio que os próprios residentes atentem seu olhar.

Bahl (2004):

Sem influenciá-la, pela imposição de anseios apenas lucrativos, mas, sim, na descoberta da essência que diferencia as regiões, cidades e localidades, adaptando estruturas e buscando a fuga do cotidiano; afinal, são as peculiaridades que motivam as pessoas a visitarem outros locais, fora do seu habitat, à procura de algo que seja diferente e que por isso exerce atração (2004, p.75).

Concorda-se com Bahl, afinal é no mínimo empolgante saber que a Avenida Joaquim Nabuco abrigou a primeira faculdade de Direito do país, hospedou o Papa João Paulo II quando veio à Manaus, foi cenário de mobilização popular nos seus cinemas, enfim esta é a essência da avenida.

“Não há memória coletiva que não aconteça em um contexto espacial” (HALBWACHS, 2006, p.170).

É esta memória coletiva que busca-se resgatar.

Investigou-se o surgimento da Avenida Joaquim Nabuco, que possuía características físicas de estrada, personagens de influência na sua história, com destaque para o Governador Silvério Nery, pois este iria residir no logradouro, mas por não ter condições adequadas, tratou-se de melhorar a infraestrutura da referida avenida.

O aspecto residencial, educacional e comercial já existia no início do século XX, pois a Avenida Joaquim Nabuco abrigou a primeira faculdade de direito do país, as Instituições de ensino Nilo Peçanha, Barão do Rio Branco e Colégio Santa Dorotéia.

Também foram identificadas suas principais características físicas e sociais, e mudanças significativas tanto do final do século XIX, século XX, e o XXI até o presente momento.

No início, moravam barões da borracha, comerciantes, e até governantes. Com o declínio da borracha, seu espaço tornou-se mais democrático, abrigando

viajantes e pequenos comerciantes. Assim, a avenida foi tomando a característica econômica atual.

Os centros comerciais predominantes atualmente são pequenas padarias e mercados presentes na extensão do logradouro. É possível encontrar também diversos serviços desde materiais de construção, passando por vestuário, e restaurantes com preços e cardápios variados e até mesmo pequenos hotéis.

A principal mudança na questão residencial são as pensões que abrigam população de classe média e/ou baixa, sendo a maioria, diferente da época de surgimento da avenida e a diminuição de vilas. Um exemplo, é a Vila Fanny que foi ocupada por hospital particular.

No aspecto social do XX até os dias atuais, foi a presença dos cinemas, como abordado no capítulo Historicidade de Manaus, pois a população reunia-se para desfrutar do seu momento de lazer, criando memória e vínculo com a avenida.

Até o presente momento não há projetos em andamento para tombamento de mais prédios, a exceção do Palacete Nery. Lamenta-se que este logradouro com excelente potencial turístico encontre-se desta forma.

Propõe-se nova avaliação e coleta de dados dos órgãos competentes, a fim de que os dados sobre tombamento estejam sempre atualizados, e verifique-se a possibilidade de viabilizar o roteiro “Olha pra Cima, NAbuco!” para que este ocorra de forma segura e em harmonia com os demais projetos turísticos da cidade de Manaus.

A presente pesquisa contribuiu na formação da autora como turismóloga quando além de buscar informações bibliográficas, necessitou-se vivenciar o logradouro pelas lentes do turismo, algo que não se aprende em sala de aula. As dificuldades espaciais, sociais e até meteorológicas foram decisivas na elaboração do roteiro Olha pra cima, NAbuco!.

O contato, mesmo que digital, com os órgãos competentes foi satisfatório, visto que, obtiveram-se respostas com relativa rapidez, e não de forma lenta, como estava-se esperando.

A pesquisa contribui com o trade turístico com um novo roteiro no Centro Histórico de Manaus, como possibilidade de apreciação e conhecimento sobre o patrimônio histórico da cidade. A autora da presente pesquisa fica à disposição para possíveis parcerias e colaborações.

No mais, muitos aspectos não foram abordados nesta pesquisa. Não foram abordados os imóveis “comuns” sem identificação ou registro histórico documental pois nada se sabe sobre a história deles.

Além disso, há também os cinemas do século XX da Avenida Joaquim Nabuco, sendo eles: Cine Chaplin, Cine Qva Non e Cinema Popular. Por não se encaixarem nos objetivos deste trabalho, também pouco foi abordado sobre os mesmos.

É interessante o aprofundamento na arquitetura de cada monumento histórico e/ou possibilidade de transformá-los em centros culturais e pequenos museus.

Deixa-se essas reflexões para futuras pesquisas.

REFERÊNCIAS

AB' SABER, Aziz Nacib. **Amazônia: do discurso a práxis**. 2 ed. São Paulo: Editora da USP, 2004.

A EPOCHA : orgam do Partido Republicano Amazonense Itacotiara (AM) - 1917 a 1918. Disponível em: <
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=851213&pesq=Avenida%20Joaquim%20Nabuco%20%221917%22&pasta=ano%20191&hf=memoria.bn.br&pagfis=29>> Acesso em: 30 nov. 2021.

ALBUM do Amazonas. Manaus [Manaus, AM]:[s.n.], 1901-1902. 2f. p.,72., il., ret., plantas. Disponível em:<
http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo_sophia=34547> Acesso em: 11 dez. 2021.

ALMEIDA, Jociana Brugnerotto; SANTOS, Larissa Mateus Pessetti Azzi; OLIVEIRA, Luna Mares Lopes de Oliveira. **Manual de elaboração do projeto para Trabalho de Conclusão de Curso – TCC**. Porto Velho, RO: Faculdade São Lucas, 2012.

AVENIDA, Joaquim Nabuco. **Google Maps**. Google. Consultado em: 10 de dezembro de 2021, Google.< <https://goo.gl/maps/1qTJjDn3P8uw6roD8>>

BAHL, Miguel. **Viagens e roteiros turísticos**. Curitiba: Protexto, 2004.

BAHL, Miguel et al. Roteiros e eventos como elementos dinâmicos no desenvolvimento regional do turismo. **Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul**, v. 3, 2005.

BARRETO, Margarita. **Turismo e legado cultural: As possibilidades do planejamento**. Campinas: Papirus, 2000.

BARRETTO, Margarita. **Cultura e Turismo. Discussões contemporâneas**. Campinas: Papirus, 2007.

BARROS e ALBUQUERQUE, 2010. **A eficácia dos programas “Manaus Belle Époque” e “Monumenta” para a preservação do Patrimônio Histórico edificado da cidade de Manaus**. In: Revista Aboré. Manaus: UEA, n. 4, dezembro de 2010.

BARROS, Aidil de Jesus Paes de; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. **Fundamentos de Metodologia Científica** 3. Ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

BAZE, Abraham. Hospital Beneficente Português do Amazonas. **Manaus, Ontem, Hoje, Sempre**. Manaus, 4 de junho de 2014. Disponível em:<
<http://manausontemhojesempre.blogspot.com/2014/06/hospital-beneficente-portugues-do.html>>. Acesso em: 30 de novembro de 2021.

BITTENCOURT, Agnelo. **Corografia do Estado do Amazonas**. Manaus: ACA: Fundo Editorial, 1985.

BITTENCOURT, Agnello. **Fundação de Manaus: Pródomos e Seqüências**. 2ª edição. Ed.rev. Manaus: Governo do Estado do Amazonas/ Secretaria de Estado da Cultura e Turismo. Editora da Universidade do Amazonas, 1999.

BRASIL. Constituição (1988), **Da Cultura**, Art. 216. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10647933/artigo-216-da-constituicao-federal-de-1988>. Acesso em : 30 de nov. de 2021.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Turismo Cultural: orientações básicas**./ Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação-Geral de Segmentação. – 3. ed.- Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

CAMARGO, Haroldo Leitão. **Patrimônio Histórico e Cultural**. São Paulo: Aleph, 2002.

CASTRO, Márcia Honda Nascimento. **Palacete Nery: história e arquitetura**. Projeto contemplado pelo Programa Cultura Criativa - 2020 / Lei Aldir Blanc – Prêmio Feliciano Lana do Governo do Estado do Amazonas. Manaus, 2021.

CERVO, Amado L; BERVIAN Pedro A; SILVA, Roberto Da. **Metodologia Científica**. 6 ed. São Paulo: Pearson Hall, 2007.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. Traduzido por Luciano Vieira Machado. 5 ed. São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2006.

DHEIN, Cíntia Elisa. **A interpretação patrimonial da imigração Alemã para o turismo na rota romântica RS/BR.2012**, 178f. Dissertação (Mestrado em Turismo e hotelaria). Universidade de Caxias do Sul – UCS, Caxias do Sul, RS: UCS, 2012.

DIAS, C. A. Grupo focal: técnica de coleta de dados em pesquisas qualitativas. **Informação & Sociedade: Estudos**, v.10, n.2, 2000.

DIAS, Edinea Mascarenhas. **A Ilusão do Fausto**. Manaus: 1890-1920. Manaus: Valer, 2ª ed., 2007.

DIAS, Reinaldo. **Turismo e patrimônio cultural: recursos que acompanham o crescimento das cidades**. São Paulo: Saraiva, 2006.

DUARTE, Durango Martins. **Manaus: entre o passado e o presente**. Manaus: Ed. Mídia Ponto Comm, 1ª ed. 2009.

FIGUEIREDO, Antônio Macena; SOUZA, Soraia Riva Goudinho. **Como elaborar: Projetos, Monografias, Dissertações e Teses**. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

GADELHA, Ana. Clube da Madrugada: O movimento que revolucionou a cultura do AM. **Em Tempo**, Manaus, 19 de outubro de 2020. Disponível em: <https://emtempo.com.br/cultura/224963/clube-da-madrugada-o-movimento-que-revolucionou-a-cultura-do-am?d=1>. Acesso em: 27 de novembro de 2021.

GARCIA, Etelvina. **O Amazonas em três momentos: colônia, império e república**. 2ª ed. Manaus: Norma, 2010.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª.ed. São Paulo: Atlas, 2006.

GOLDENBERG, Mirían. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais**. 8º ed. - Rio de Janeiro: Record, 2004

GOODNEY, Brian. Interpretação e Comunidade Local. In: MURTA, Stela Maris; ALBANO, Celina (org). **Interpretar o patrimônio um exercício do olhar**. Belo Horizonte: UFMG: Território Brasília, 2002.

GUIMARÃES. Márcia Raquel Cavalcante. **A paisagem urbana como diferencial no turismo em Manaus: uma análise da avenida Sete de Setembro**. Dissertação (Mestrado em turismo e hotelaria) Universidade do Vale do Itajaí -UNIVALI. Camboriú: Univali, 2012.

GUIMARÃES, M. R. C.; MAIA, K. C. R.; OLIVEIRA, S. S.; TRICÁRIO, L. T. **Interpretação do patrimônio cultural por meio da roteirização turística da Avenida 7 de Setembro, Manaus, AM**. INTERAÇÕES, Campo Grande, MS, v. 21, n. 3, p. 479-497, jul./set. 2020. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/inter/a/nVpgsy9Zpn8v96cpVJPCHqF/?format=pdf&lang=pt>> Acesso em: 12 de dezembro de 2021.

IGHA, - Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas. **332 anos de Manaus: História e Verdade**. Manaus: Editora Valer/Governo do Estado, 2001.

IPHAN, Instituto do Patrimônio Artístico Nacional; DEPAM - Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização; IPHAN-AM, Superintendência do Iphan no Amazonas. (2010) **Delimitação da Área de Tombamento e de Entorno – Marcos do Tombamento**. 1:5000. Nº 222, seção 3. Manaus: DOU.

IPHAN, Instituto do Patrimônio Artístico Nacional. **Olhares sobre Manaus: Atributos e qualidades que conferem valor ao Centro Histórico**. Manaus: IPHAN, 2020. Disponível em: < https://drive.google.com/file/d/1iP4rLisZ-yYHn-Y4vL2yHO0SXF_773n0/edit> Acesso em: 19 de dezembro de 2021.

LEMOS, Carlos A. C. **O que é patrimônio histórico**. São Paulo: Brasiliense, 2000.

LOUREIRO. Antônio. **O Amazonas na época imperial**. Manaus: Valer, 2007.

MANAUS. Lei **Orgânica do Município de Manaus**. Manaus: Câmara Municipal, 1990. Disponível: <http://>

www.dhnet.org.br/direitos/municipais/a_pdf/lei_organica_am_manaus.pdf.

Acesso em: 12 de julho de 2018.

MANAUS. Decreto nº 7176, de 10 de fevereiro de 2004. Diário Oficial do Município de Manaus – AM. Manaus, 14 de junho de 2004. Capítulo V- Das medidas de proteção, p.3-4. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/348521550/DECRETO-N-7176-DE-10-DE-FEVEREIRO-DE-2004-pdf>. Acesso em: 20 de dezembro de 2021.

MARINHO, José Joaquim Marques (Org.). **Manaus, meu sonho**. 2ª ed. - Manaus: Editora Valer, 2020.

MESQUITA, Otoni. **Manaus: História e Arquitetura (1852/1910)**. Manaus: EDUA, 2006.

MESQUITA, Otoni. **La Belle Vitrine. Manaus entre dois tempos (1890-1900)**. Manaus: EDUA, 2009.

MICHEL, Maria Helena. **Metodologia e Pesquisa Científica em Ciências Sociais**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MONTEIRO, Mário Ypiranga. **Fundação de Manaus**. 3 ed. Manaus: Conquista, 1972.

MONTEIRO, Mário Ypiranga. **História da Cultura Amazonense: I e II**. – Manaus: Fundo Municipal de Cultura, 2016.

MONTEIRO, Mário Ypiranga. **Roteiro Histórico de Manaus**. Manaus: EDUA, 1998, 2v.

OLIVEIRA, Maxwell Ferreira de. **Metodologia científica: um manual para a realização de pesquisas em Administração**. Catalão: UFG, 2011.

OLIVEIRA, Sibelle da Silva. **Centro Histórico de Manaus/AM: Subsídios para o reordenamento turístico**. Revista de Turismo Contemporâneo – RTC, Natal, v. 8, n. 2, p. 274-292, jul./dez. 2020. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1iqrCiNblxd_nr1b7O3ommocwbMBdCYbM/view Acesso em: 10 de dezembro de 2021.

PELLEGRINI FILHO, Américo. **Turismo cultural em Tiradentes**. Estudo de Metodologia aplicada. São Paulo: Manole, 2000.

PELLEGRINI FILHO, Américo. **Ecologia, Cultura e Turismo**. 5 ed.rev, Campinas: Papyrus, 2000.

PONTES FILHO, Raimundo Pereira. **Estudos de História do Amazonas**. - Manaus: Editora Valer, 2000.

RODRIGUES, Marly. **Preservar e consumir: o patrimônio histórico e o turismo**. In: FUNARI, Pedro Paulo e PINSKI, Jaime. Turismo e Patrimônio Cultural. São Paulo: Contexto, 2007.

SOUZA, Neika Morais de. **Turismo Cultural no Centro Histórico de Manaus sob a ótica das vigentes políticas públicas de restauração e revitalização**. TCC (Graduação em Turismo) - Universidade do Estado do Amazonas - UEA. Manaus, 2009.

TEIXEIRA, Heloysa Simonetti. **Patrimônio Cultural: o tombamento como instrumento de preservação**. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade do Estado do Amazonas - UEA. Manaus, 2004.